

A ESCRAVIDÃO E A ASCENSÃO DE CAMPESINATOS ¹

Sidney W. Mintz
(The Johns Hopkins University)

Resumo: A ascensão de campesinatos caribenhos, após a escravidão, ocorreu em várias épocas nas diferentes colônias, marcada em todas elas pela luta dos senhores de engenho para impedir o acesso dos libertos a quaisquer forças produtivas. Este artigo trata de diversas colônias ao relatar como, em cada caso, desdobrou-se o conflito entre grandes proprietários e camponeses, e como os primeiros retiveram o poder político que, realmente, poderia ter mudado o desfecho.

Palavras-chave: Campesinato, Escravidão, Caribe

Abstract: The rise of Caribbean peasantries after slavery happened at different times in different colonies, marked everywhere by the planters' struggle to cut off the freed people from any productive forces. The paper discusses several colonies to document how in each case the struggle between planters and peasants ensued, and how planters retained the political power that would have decisively changed the outcome.

Keywords: Peasantry, Slavery, Caribbean

Em primeiro lugar, algumas palavras de introdução e uma explanação introdutória. A ênfase deste artigo é, antes, no campesinato como processo e não como uma categoria tipológica. Evita-se a questão de saber se existe um modo de produção camponês. Não porque ela fosse estéril, mas porque uma discussão terminológica e conceitual excessiva poderia se antepor a considerações a respeito de fatores peculiares e casos específicos de emergência de campesinatos “*in loco*”.²

Se aceitarmos, pelo menos para o propósito da argumentação, a ideia de um campesinato que aparece, como que por precipitação, a partir do sistema escravista, sob certas circunstâncias especificáveis, então, ao enfatizar as próprias condições, de modo a entender melhor as diversas maneiras pelas quais isto poderia ter ocorrido, podemos, em seguida, alcançar uma caracterização ampla – no nível mais baixo de generalidade – para a região do Caribe em geral. Este foco geográfico é imposto por minhas próprias limitações; é, no entanto, muito ambicioso. De fato, isto pode não satisfazer aqueles que procuram definições que poderão servir em todos os tempos e em todos os lugares; ou que estão particularmente preocupados com campesinatos no Languedoc do século X; ou com campesinatos que viviam no reino do Inca Pachacutec; ou mesmo que estão

preocupados com a “segunda servidão” na Europa oriental, entre os séculos XVI e XIX. Talvez seja o caso de tentar uma coisa de cada vez.

Eu assumo que comparações entre casos caribenhos podem ser férteis porque as semelhanças e diferenças evidenciadas por tais comparações podem, por sua vez, refinar as próprias bases destas. *As categorias de generalidade que surgem do exercício são abstratas; são os próprios casos que são particulares e reais.* Não me desencoraja que possamos não conseguir propor definições – digamos, do campesinato – que sejam adequadas a cada um dos casos no tempo e no espaço. A fórmula explicativa não precisa ser ou algo análogo, mecanicamente, à evolução biológica, ou uma perspectiva psicanalítica (o que os escravos, os senhores, os camponeses *sentiam?*) que nos permita evitar observar grupos e instituições. E, uma vez que este procedimento, evidentemente, fracassa para explicar tudo, não precisamos concluir, depressa demais, que não se pode explicar nada de forma alguma. O argumento anseia pelos tempos em que afirmações a respeito de campesinatos no Caribe poderão ser enunciadas em diversos níveis de generalidade, em todo o espectro, desde um caso único, num ponto no tempo, até uma categoria *systadial*³ de tais casos e, depois, talvez, a uma sucessão de tais categorias. Deste modo, a busca, aqui, não busca uma caracterização que transcenda o lugar, o tempo e o caso em estudo, mas, em vez disso, que empregue instâncias particulares, de forma indutiva, de modo a refinar as asserções originais sobre as quais foi fundada.

No corpo mesmo deste artigo, tento situar a ascensão de campesinatos no imediato pós-escravidão (que a escravidão tenha terminado em virtude de abolição ou de revolução) no quadro das lutas dos senhores de engenho para limitar o acesso do liberto aos recursos produtivos e, em última análise, ao poder político que poderia ter libertado tais recursos. Este é, provavelmente, um ponto de partida razoável, tendo em vista as opiniões comumente expressas, naquela época, de que o liberto – o famoso Quashie, de Thomas Carlyle, com seu jerimum – não trabalharia por um salário aceitável para os senhores de engenho sem uma ou outra variedade de coerção. O corolário mais importante para a imobilização do acesso a recursos produtivos era, naturalmente, a importação de trabalhadores adicionais, sob contrato, vindos da Índia ou da China, muitas vezes às custas ou do governo metropolitano, ou dos próprios libertos, por meio de impostos, de modo a restringir-lhes a margem de negociação, ao mesmo tempo em que intensificavam a pressão sobre recursos potencialmente alternativos ao assalariamento nas plantações como base para a subsistência.

Enquanto há, a meu ver, boas razões para colocar a questão nestes termos, pode ser útil tentar ampliar um pouco a imagem. Para começar do fim em vez do começo, podemos perguntar: por que a Índia? Por que a China, nos terceiro e quarto decênios do século XIX e depois? Por que mão de obra sob contrato? Por que razão estas “soluções”, em vez de outras, para resolver o problema das “carências” de mão de obra, como as chamavam? Bem, estes eram, naturalmente, empreendimentos *ad hoc*, imperfeitos, experimentais, inventados e continuados pelas classes de senhores de engenho e seus aliados, que estavam preparados, no seu desespero, para tentar qualquer solução possível. Agora, um grande número de jovens estudiosos está, felizmente, trabalhando nessas questões e nos detalhes das respostas que oferecem, seguindo o trabalho de Dwarka Nath, Hugh Tinker, K. O. Laurence, Juan Pérez de la Riva, e outros. Denise Helly, para os Chinese em Cuba, por exemplo, Monica Schuler, a respeito dos africanos sob contrato, nas Índias Ocidentais Inglesas, e outros estudiosos, para os migrantes de Java e da Índia, estão, agora, começando a mostrar as circunstâncias sob as quais tais migrações, em ampla escala, parecem ter ocorrido. Não deveríamos nos desencorajar se as explicações sobre *por que* elas ocorreram não são, de início, inteiramente satisfatórias. Pode ser útil citar um exemplo menos familiar para ilustrar este ponto.

Pouco tempo depois da invasão de Porto Rico e de Cuba pelos Estados Unidos, uma emigração substancial de porto-riquenhos, de Porto Rico para o Havaí, foi organizada pelo governo americano, para providenciar um suplemento importante de mão de obra para as plantações destas ilhas recém-adquiridas. Quando chegaram ao Havaí, os trabalhadores porto-riquenhos foram convenientemente utilizados para quebrar a espinha dorsal do movimento de trabalhadores japoneses nas plantações, como foi relatado, na época, com muita serenidade, pelo Comissário do Trabalho.⁴ Mas por que os porto-riquenhos, e por que naquele momento, não foi, ainda, inteiramente esclarecido até agora. Se defendermos – como eu faria – que a migração *para* o Caribe, oriunda da Índia e da China, resultou do declínio dos setores rurais das economias de antigos grandes Estados, liberando grande número de agricultores, marginalizados por um processo estranhamente análogo ao movimento dos cercamentos (*enclosures*), então também se pode supor que pelo menos uma parte deste declínio resultou de profundas perturbações destas economias por pressões externas, imperialistas, dos europeus. E, enquanto o movimento de asiáticos e africanos em direção ao Caribe, após a escravidão,

pode ter sido por demais modesto para ter afetado, de forma significativa, a situação da economia e do emprego nos seus países de origem, obviamente isto não foi o caso dos destinos caribenhos, onde sua chegada foi muito importante para escorar uma tecnologia do açúcar cada vez mais arcaica, enquanto fazia obstrução ao desenvolvimento do campesinato nestas mesmas sociedades.

Portanto, a redução de alternativas econômicas disponíveis para o suprimento de mão de obra já existente, de um lado, e o aumento mecânico deste suprimento, de outro, formaram as duas mandíbulas da disciplina nas plantações caribenhas, uma vez encerrados a escravidão e o sistema de aprendizagem. Colocar as coisas deste modo outorga uma solidariedade, uma homogeneidade, aos projetos e intenções dos senhores de engenho, que eles, de fato, podem não ter possuído. O pós-escravidão foi, em geral, um período de competição intensificada no mercado mundial do açúcar. No final – isto é, num prazo muito longo –, os vencedores desta rivalidade seriam aqueles grupos de senhores de engenho que pudessem incorporar e absorver melhorias técnicas em grande escala. Mas isso é visto numa perspectiva muito ampla. Em nível local – ou seja, colônia por colônia – é verdade que os grupos de senhores de engenho estavam bastante unidos na sua hostilidade a quaisquer mudanças que poderiam melhorar a posição de negociação dos trabalhadores. Mas, naturalmente, dentro desses grupos havia competição por essa força de trabalho – e havia capacidades diversas para reduzir, por meio de avanços técnicos, a dependência dessa mão de obra.

Donde, ao melhorar nossa compreensão dos campesinatos pós-escravidão, pode ser que tenhamos realmente que lidar com dois processos, e não apenas um: dois processos que se cruzam e se sobrepõem cronologicamente, assumindo como dada a diferenciação interna de cada grupo de senhor de engenho. Um destes processos é a luta para conter e suplementar a força de trabalho do campesinato “potencial”; o outro é o movimento em direção a uma melhoria técnica, baseada na velocidade da realização científica e nas disponibilidades de injeções intensificadas de capital. Ambos os processos podem ocorrer entre, por exemplo, grandes e pequenos produtores rurais, ou (o que pode ser apenas uma maneira diferente de dizer a mesma coisa) entre velhos e novos produtores rurais. Podem surgir, numa região da colônia (por exemplo, a costa sul de Porto Rico, nos anos de 1870, ou no Oriente, em Cuba, nos anos de 1880), ou em toda a colônia; entre senhores de engenho, numa colônia (Barbados) e em outra (Jamaica) da mesma potência; ou entre um grupo de senhores de engenho (por exemplo,

ingleses) e outro (espanhóis ou franceses); ou mesmo entre a região do Caribe e outras regiões.

Em cada nível de competição, naturalmente, as forças relevantes são, em certa medida, diferentes: em cada um deles, a questão de saber qual a relação entre arranjos produtivos locais e a economia mundial é, precisamente, o que precisa ser investigado e testado. De uma perspectiva mais ampla, pode-se ver uma progressão técnica de longo prazo que afasta a dependência de uma produção intensiva de mão de obra - um tipo de evolução mundial da agricultura industrial. No entanto, de uma perspectiva mais estreita, veem-se lutas mais locais, de curto prazo, para evitar o emprego de capital, indispensável às melhorias técnicas, e manter barata a produção intensiva de mão de obra.

Força de trabalho e capital, portanto, se contrapõem num contexto onde a disponibilidade de terra, as garantias de mercado e as políticas de apoio aos objetivos dos senhores de engenho são, até certo ponto, funções da homogeneidade da classe dos senhores de engenho e de sua força coletiva frente a outros grupos capitalistas na metrópole. Poder-se-ia querer levar em consideração a relação de proporção entre terra e força de trabalho, da melhor forma que possa ser determinada em dados casos e em dados momentos no tempo; também, a disposição ou relutância em investir, por parte das fontes metropolitanas de capital (isto, amplamente baseado, conjectura-se, nas avaliações tanto a respeito da firme resolução das autoridades imperiais, como da amplitude, real ou potencial, do mercado); e, é claro, as possíveis fontes e grandezas das reservas externas de força de trabalho potencialmente fornecedoras.

Esta descrição se torna muito mais complicada pelo fato de que, com o passar do tempo, a contenda por força de trabalho em escala internacional foi sobreposta pela luta por capital numa escala nacional. Para dizê-lo de forma levemente diferente, aqueles setores dos grupos de senhores de engenho capitalistas que tinham acesso a capital suficiente para operar avanços técnicos estavam melhor equipados para lidar com o declínio da instituição da escravidão e a aparente crescente “escassez” de mão de obra.

Apesar deste roteiro altamente abstrato (e, em parte, imaginário), as linhas a seguir não tentam algo tão ambicioso. Em vez disso, foi necessário restringir a cobertura daquilo que, de fato, é constituído de poucas afirmações sobre cada caso de campesinato emergente; e, mesmo isto, resulta numa descrição por demais longa e detalhada. O

objetivo é mostrar que comparações entre casos podem ser feitas com o objetivo de alcançar alguma formulação *systadial* geral sobre a emergência de campesinatos, para um dado espaço de tempo e dentro de uma região especificável.

Uma palavra final de introdução pode ser dedicada à referência, na parte final do artigo, à natureza contraditória da emergência de proto-campesinatos e da ascensão de campesinatos pós-escravidão. Isto não é uma tentativa de estabelecer um argumento muito sutil ou sofisticado. Mas, em vez disto, examinar, do ponto de vista do que batizei de “proto-campesinato”, o significado da produção de subsistência dentro do sistema escravista.

Tal desdobramento, defende o argumento, é contraditório, porque ele aprofunda a absurdez do que este tipo de escravidão implicava em termos de capacidades determinadas geneticamente – e da humanidade – de suas vítimas, embora possa atenuar, em certa medida, seus sofrimentos, tanto psicológica quanto fisicamente. Esta parte do argumento toca, sem dúvida, em questões de escolha e de coação dentro dos sistemas escravistas, tanto quanto no significado de resistência e acomodação. Parece-me que não há, ainda, respostas firmes para isso. Mas precisamos continuar a fazer as perguntas, na esperança de que, pelo menos, aprendamos a fazê-las de maneira mais informada.

Os Casos

Embora os termos ‘camponês’ e ‘campesinato’ apareçam de forma pouco frequente na literatura das ciências sociais sobre o Caribe antes da Segunda Guerra Mundial, a não ser significando ‘pessoas do meio rural’, no sentido mais vago,⁵ seu uso tornou-se, em seguida, muito comum. No seu estudo pioneiro sobre um município porto-riquenho produtor de café, Eric Wolf definiu assim ‘o campesinato’:

... é composto de pessoas possuindo menos de dez cuerdas [uma cuerda = 0,9712 acre] (pequenos produtores) e pessoas possuindo entre dez e trinta cuerdas (pequenos agricultores). Camponeses dependem de membros de suas famílias para trabalhar suas terras e só empregam mão de obra assalariada em raras ocasiões, mas, muitas vezes, complementam sua renda empregando-se como assalariados em outras propriedades. Eles plantam culturas comerciais para satisfazer

um nível de vida definido culturalmente e não conseguem acumular capital além desse limite.⁶

Embora ele tenha modificado, em parte, suas definições do campesinato desde essa época,⁷ o objetivo original de Wolf, ao estabelecer a definição acima mencionada, era de lhe permitir analisar os grupos sociais e econômicos que compunham a comunidade na qual estava trabalhando, e comparar estes grupos, ao mesmo tempo entre si e com grupos homólogos em outras comunidades porto-riquenhas em estudo no mesmo projeto. Embora um capítulo útil na história da agricultura local esteja incluído no seu estudo monográfico, a aparência e a evolução históricas dos segmentos agrários não foram enfatizadas.

Em 1961, respondendo a uma resenha do Professor Harry Hoetink, abordei a questão de um modo sensivelmente diferente.⁸ Conquanto minha enumeração dos campesinatos caribenhos tivesse uma feição tipológica, foi com o propósito, sobretudo, de sugerir que os termos ‘camponês’ e ‘campesinato’ pudessem ser aplicados ao que foram, de fato, resultados de processos sociais e econômicos muito diferentes na história do Caribe. Ao retrabalhar estes materiais, tentei

... descrever alguns dos principais modos de formação do campesinato... [de modo a] perceber ... o desafio de europeus ou do poder do Estado e a reação das pessoas locais. Cada uma destas instâncias é, substancialmente, independente das outras, embora, geralmente, um modo de formação possa levar, eventualmente, a aparências de uma adaptação diferente, em época posterior.⁹

Esta lista – posseiros, pequenos proprietários rurais da fase inicial, proto-campesinato e campesinatos quilombolas – consiste em categorias, sendo que cada uma delas está relacionada, de uma maneira ou de outra, à instituição da escravidão na região do Caribe. No entanto, eu pretendo lidar, principalmente, nas linhas a seguir, com o que chamei de proto-campesinato e seus sucessores, fazendo, apenas ocasionalmente, referência às outras categorias:

... padrões de autossuficiência agrária substancial de fato apareceram no decorrer da história do Caribe, e muitos desses padrões persistem, com força, até hoje. Na maioria dos casos, são associados à formação de um campesinato – ou seja, de uma classe (ou classes) de proprietários rurais que produzem uma boa parte daquilo que

consomem, mas também vendem a (e compram de) mercados mais amplos e são dependentes, de diversas maneiras, de esferas políticas e econômicas de controle em maior escala. Os campesinatos caribenhos são, sob este ângulo, campesinatos reconstituídos, tendo começado de outra forma do que como camponeses – escravizados, como desertores ou fugitivos, como mão de obra de plantação ou qualquer outra coisa – e se tornando camponeses numa espécie de resposta de resistência a um regime imposto de fora. Portanto, os campesinatos caribenhos representam um modo de resposta ao sistema de plantação, com suas conotações, e um modo de resistência a estilos de vida impostos.¹⁰

Esta é uma maneira notoriamente imprecisa de caracterização dos grupos com os quais pretendo lidar, e existem boas razões para críticas sérias;¹¹ mas o assunto é real (e importante) do mesmo modo. Entre os primeiros anos do século XVI e os últimos decênios do XIX, grande número de pessoas possuídas por outras (e, portanto, de modo peculiar, assumindo o caráter econômico de propriedade real) viviam, trabalhavam e se reproduziam no Novo Mundo. Muitas dessas pessoas, mesmo quando eram ainda possuídas por outras, tinham acesso ao uso de propriedade produtiva, produzindo, assim, quantidades de bens que podiam consumir e, também, trocar e vender, utilizando sua renda de forma autônoma e, desta maneira, atingindo pelo menos alguma distância do significado convencional geralmente carregado por seu status definido. Ignorando, por um momento, a propensão, compreensível entre acadêmicos, a debater sobre o que as palavras significam, havia escravos que se tornaram camponeses, e havia mesmo escravos que eram, em alguns aspectos, *como* camponeses, antes de se tornarem livres.

O problema é, em parte, apenas de definição; mas apenas em parte. Palavras como ‘escravo’ e ‘camponês’ (e seus equivalentes em outras línguas) tinham significados complicados e múltiplos séculos antes do crescimento das sociedades do Novo Mundo após Colombo. Seu uso no discurso europeu naturalmente envolvia noções europeias do que estes termos significavam. As dificuldades encontradas pelos observadores para escapar das concepções prévias da história europeia persistem, particularmente, na medida em que isto pode afetar – muitas vezes de forma inconsciente – suas percepções de grupos sociais não europeus, com suas características distintivas.¹²

Portanto, um artigo exploratório desse tipo deve especificar os caracteres distintivos dos grupos sociais relevantes no Novo Mundo, numa contra-distinção implícita em relação a tais grupos na história europeia, se possível. As sociedades do

Novo Mundo eram, desde o começo, distinguidas pela falta de passado feudal, por sua característica de fronteira, pela presença de populações aborígenes não europeias, e em muitos outros aspectos. Tratar tais sociedades simplesmente como variações sobre um tema fundamentalmente europeu é ignorar seu caráter único.

Ao mesmo tempo, não teria muito sentido tratar *qualquer* grupo social nas Américas pós-colombianas como se existissem de forma *independente* do impacto europeu no hemisfério. Certamente, desde o século XVIII e agora, novamente, em obras como as de André Gunder Frank e Immanuel Wallerstein,¹³ nossa compreensão da história social e econômica do Novo Mundo deve girar, até certo ponto, sobre o reconhecimento de que o mundo estava se tornando um, a partir do século XV. Mesmo aqueles que rejeitavam qualquer *parti-pris* ideológico a respeito das questões, encontraram, na recente formulação de Wallerstein, um quadro intelectual estimulante. Então, ao mesmo tempo em que é essencial separar formulações definidoras a respeito de escravos e camponeses no Novo Mundo do viés eurocêntrico, é preciso também observar a emergência e o desdobramento destas categorias sociais no Novo Mundo enquanto aspectos do crescimento de um sistema mundial único e abrangente.

O título do artigo pressupõe alguma *conexão* entre escravidão e a ascensão de camponesatos – não meramente fenômenos concorrentes ou coincidentes, mas *aparentados*. Já que eu defendo que essas categorias são, sob certos aspectos, ou conflitivas ou contraditórias, muito do que se segue é apreendido com a natureza de sua aparente imiscibilidade e o que ela significava. Ao escolher lidar com esse tema da perspectiva das necessidades de mão de obra e de força de trabalho – das forças que tornavam tal mão de obra mais ou menos disponível para aqueles que a queriam – quero demonstrar que os chamados camponeses, e outros grupos em suas sociedades respectivas, estavam em ativa contenda, durante a maior parte da história do Caribe, por recursos limitados, dos quais o mais importante era a força de trabalho desses mesmos “camponeses”.

Um tema tão amplo como este pode ser tratado em diferentes níveis de especificidade ou concretude. Eu me restrinjo aos casos da região do Caribe, com os quais estou mais familiarizado, usando exemplos para mostrar que diferenças superficiais ocultam um caráter comum subjacente do processo e como uma cronologia simples pode ser reforçada por comparações *systadial*.¹⁴ As pessoas a serem descritas

aqui viviam em sociedades de um certo tipo geral e ocupavam, nelas, estatutos ou posições que eram, de forma útil, comparáveis de uma tal sociedade a outra. “Sociedades de um certo tipo geral”, porque, embora se diferenciem muito de uma para a outra, e em muitos aspectos (tamanho, fertilidade, regime de chuvas, topografia, etc.), e tenham sido estabelecidas por diferentes potências européias, com diferentes culturas, instituições e agentes (Grã-Bretanha, França, Dinamarca, Países Baixos, etc.), e até em diferentes épocas, elas apresentaram respostas políticas e econômicas similares às mudanças ocorridas nas próprias metrópoles. Essas sociedades, em outras palavras, eram de “um certo tipo geral”, porque foram colônias criadas para servir os objetivos mercantilistas das classes metropolitanas de maneiras estruturalmente similares; elas foram povoadas daquela maneira a fim de cumprir alguns objetivos de forma satisfatória; suas populações ocupavam estatutos preordenados por esses objetivos; suas economias assumiram, conseqüentemente, uma forma característica (algumas mais, outras menos, mas todas com uma intenção implícita); e os desdobramentos que nos interessam aqui constituíram, de uma maneira ou de outra, acontecimentos homólogos dentro do mesmo tipo geral de sociedade.

Uma vez que essas sociedades se encontravam dentro de uma única região circunscritível do Novo Mundo (com a qual, de fato, mesmo sociedades de outros lugares podem ser comparadas, embora em diferentes níveis de abstração), e que se desenvolveram em um único período histórico amplo (embora começando em pontos específicos diferentes e se desenvolvendo em ritmos variáveis), seria útil ver ambas de forma comparativa e *systadial*. Uma cronologia *systadial* permitir-nos-ia, potencialmente, ver essas sociedades como constituindo um tipo de “gênero” – a palavra é imprudente, mas é a mais concisa, pelo menos do que “de um certo tipo geral” – na história da expansão do capitalismo fora de seus principais lares europeus.

Ao mesmo tempo, claro, cada sociedade em questão possuía sua própria história particular, estrutura de classe, padrão de uso da terra, população, etc. Tentar subtrair de cada caso seu “campesinato”, com propósitos de comparação, sem atenção ao todo sócio-político peculiar, dentro do qual esse campesinato funcionava e lutava para sobreviver, anularia a intenção analítica.¹⁵ Por isso, uma tentativa será feita para tratar os casos: de um lado, como exemplares de uma classe; e, de outro lado, como peculiares e idiossincráticos em cada instância.

A descoberta, conquista e colonização do Novo Mundo manteve o empreendimento espanhol e português por aproximadamente 125 anos após a primeira viagem de Colombo; durante os primeiros três decênios, isso também foi, em larga medida, um empreendimento caribenho. Embora a Espanha não tenha optado pela produção de plantação em larga escala em suas possessões no Caribe até bem depois, ela introduziu a cana de açúcar, o engenho, africanos escravizados e formas de organização da propriedade nas Grandes Antilhas, logo após a primeira viagem de Colombo.

Que tenha restado, para seus inimigos do norte da Europa, desenvolver este sistema depois de terem feito suas primeiras conquistas entre as possessões espanholas, reivindicadas, mas não ocupadas, nas Pequenas Antilhas, é uma história por demais familiar para ser comentada aqui. As ilhas do Caribe e porções substanciais do continente circundante tornaram-se colônias de plantação e, em diferente medida, permaneceram assim por séculos. Embora eu não vá usar o “modelo de plantação” no sentido, digamos, de Lloyd Best ou George Beckford,¹⁶ eu argumentaria que não se pode compreender a instituição da escravidão e a ascensão de campesinatos sem uma atenção primária à história do sistema de plantação na região. Enquanto principal instrumento da organização econômica para a produção de artigos básicos de exportação, o sistema de plantação era uma preocupação fundamental para os governantes europeus metropolitanos. Sem resultados substanciais de produtos de plantação, ou a promessa de tal produção, as ilhas eram de pouco interesse para os sistemas coloniais fundados nos princípios mercantilistas. Tal produção não requeria apenas capital, terra e mercados, mas também força de trabalho. Quase desde o início, essa força tinha que ser fornecida de fora. E, do início das importações de africanos escravizados para Santo Domingo, no primeiro decênio do século XVI, até a abolição em Cuba, nos últimos decênios do século XIX, a principal forma de exploração da força de trabalho para a região como um todo era a escravidão. Assim, eu argumentaria que nenhuma discussão acerca da emergência de campesinatos durante esses séculos pode ter muito peso sem fazer atenção ao sistema de plantação, cujo fornecimento de mão de obra é básico para a localização de nosso problema.

Já os grupos sociais que podem ser chamados campesinatos na história do Caribe não eram um simples resíduo, ou apenas – como eu escrevi alhures – “uma reação à economia de plantação, um reflexo negativo à escravização, produção em

massa, dependência da monocultura e controle metropolitano”.¹⁷ Aqueles que eram ou tornaram-se camponeses tiveram um papel positivo na criação de suas próprias adaptações, e não eram simplesmente foragidos. De fato, o forte contraste entre a escravidão da plantação e as formas variáveis de liberdade que a precederam, com ela coexistiram ou a ela se seguiram – enquanto basilar para uma compreensão sóbria da história do Caribe – realmente serve melhor como uma maneira de rotular o que precisa ser explicado: como adaptações contrastantes eram, ao mesmo tempo, interdependentes e conflitivas, entrelaçadas, realizadas em conjunto, tornadas congruentes, expressas em palavras, bem como em atos. Nossa terminologia descritiva para os campesinatos do Caribe importa menos, nesse momento, a meu ver – dada a extensão limitada de nosso conhecimento –, do que entender o processo pelo qual esses campesinatos puderam ser formados, e enumerar as condições de fundo que limitaram ou reforçaram sua formação.

Em dois artigos anteriores tentei sugerir que a instituição da escravidão merece ser estudada de forma comparada dentro da região do Caribe, em muitos níveis diferentes, tanto de concretude quanto de abstração, não apenas porque ela variou grandemente na maneira pela qual funcionou sistematicamente, mas também porque ela coexistiu com outras formas variadas de exploração da força de trabalho.¹⁸ Tais coexistências, que podem, muitas vezes, ser evidenciadas, não eram nem casuais nem indiferentes. Sua combinação e caráter específicos deveriam iluminar não apenas a forma e natureza da própria escravidão, em instâncias específicas, mas também a natureza da emergência de campesinatos, ao menos em parte. Se a escravidão no Caribe for entendida pelo que ela foi – uma série de “soluções” imperfeitas e parciais para o problema chave da expansão da produção agrícola ultramarina dentro do capitalismo mundial –, então o paternalismo do senhor de engenho, distinções sociais entre escravos e outros traços da vida na plantação, essenciais para apreender completamente a forma como o sistema funcionava, podem ser colocados numa melhor perspectiva analítica. Assim, da mesma forma, podem esses desdobramentos, que cresceram dentro da escravidão, desafiá-la e, eventualmente, destruí-la ou neutralizá-la. Deve estar claro, para qualquer um que não esteja interessado em chutar cachorro morto, que a escravidão não acabou quando e onde aconteceu, porque, simplesmente, um exército de mão de obra reserva apareceu para neutralizá-la;¹⁹ mas o que aconteceu quando ela findou, antes dos senhores de engenho estarem preparados para seu desaparecimento, esclarece, de forma útil, a relação entre diferentes tipos de apropriação do trabalho. “Como o

capitalismo se expandiu para incorporar várias formações sociais”, um antropólogo escreveu recentemente:

Ou tendo em vista que os vários requisitos técnicos e sociais da mercadoria produzida e que circulava dentro do sistema demandavam relações particulares; ou tendo em vista que processos de desenvolvimento eram desiguais e irregulares, produzindo muita riqueza em uma região ou para uma classe, e muita pobreza em outra região ou para outra classe, a evolução capitalista foi multifacetada. Precisamos, de uma só vez, ser sensíveis às variações e analisar as regularidades processuais. Isto requer constante movimento entre os níveis abstrato e concreto de análise na tentativa de entender sociedades particulares.²⁰

Quando as colônias do Caribe foram iniciadas nas suas carreiras como produtoras de gêneros básicos, produzidos nas plantações, para as fábricas e consumidores europeus, elas logo vieram a ser caracterizadas, em grau cada vez maior, por traços que partilhavam pouco, ou nada, nem com a Europa à beira do capitalismo, nem com a chamada “economia natural”.²¹ Por um lado, a característica econômica dessas colônias era o produto direto do propósito europeu, mas absolutamente diferente de qualquer modelo europeu, como já sugeri; por outro lado, em nenhum caso nas ilhas (ou, nesse particular, no litoral continental) a adaptação fabricada pelos europeus apoiou-se sobre formas econômicas pré-capitalistas autóctones.²² O capitalismo europeu era uma *precondição* para as economias de plantação do Caribe; essas economias existiam *dentro* do capitalismo:

Em qualquer época em que o capitalismo opere fora da formação social na qual ele surgiu, nos estágios iniciais de desenvolvimento, ele não se preocupa em estender as relações capitalistas de produção, baseadas no livre contrato. Isso pode ser apenas porque o objetivo não é incorporar mais trabalhadores à esfera capitalista, mas é, principalmente, a produção de alguma matéria-prima que é urgentemente demandada, em larga escala, pelo capital no centro, e a escravidão o abastece ao mesmo tempo em que providencia a maneira mais econômica de alcançar esse objetivo.²³

As colônias de plantação do Caribe ou não tinham população de origem sobrevivente – ou tal população rapidamente se aproximou da extinção. A população viva seria dividida – ou estaria em processo de divisão – em escravizados e trabalhadores sem terra, por um lado, e feitores, oficiais e soldados, por outro, dois segmentos geralmente

de tipos físicos e culturas diferentes. O governo serviria, cada vez mais, aos propósitos dos senhores de engenho: de fato, o governo era, ou tornou-se, esses senhores de engenho – embora o peso do controle metropolitano recaísse, de forma mais ou menos pesada, em cada caso, sobre as autoridades locais.

Por meio de um complexo de instituições, a economia e a sociedade funcionavam.²⁴ Igreja, milícia, governo civil, serviço bancário e postal e grupos profissionais “cumpriam” seus deveres atribuídos, e seus membros gozavam de privilégios apropriados. Mas sublinhar os aspectos positivos de cada conjunto de arranjos operacionais é perder de vista o ponto chave. As instituições coloniais representavam, de fato, as intenções das metrópoles, mas mediadas através das populações locais. Isto é, as próprias instituições só existiam através do comportamento de vários grupos – classes – que atuavam, em concordância ou em conflito, para alcançar seus próprios objetivos desejados. Enquanto a representação institucional formal (por exemplo, no governo) era monopolizada por apenas uma pequena proporção da população colonial no Caribe, essas instituições nunca controlaram completamente a sociedade. O despercebido, o deliberadamente ignorado (uma vez que, até nos sistemas repressivos, existem soluções de compromisso, algumas nunca reconhecidas), e até as reviravoltas inesperadamente violentas que tipificam os processos socioeconômicos em outras instâncias, também ocorreram nas sociedades do Caribe. O crescimento e a importância eventual das populações, socialmente, culturalmente e fisicamente intermediárias, para tomar o que é, talvez, o exemplo caribenho mais dramático de um fenômeno cumulativo de longa data, com origens “invisíveis” – sintetiza a inabilidade da liderança colonial em prever futuros problemas de controle, ou compreender como eventos menores podem, rapidamente, tornar-se perigosamente maiores.²⁵ É para resultados imprevistos, seja em menor escala, seja de forma acretiva ou convulsiva e súbita, e não apenas para a organização institucional da vida colonial, que devemos olhar se queremos entender melhor como os campesinatos tomaram forma às sombras da escravidão.

O argumento procede aqui na assunção de que a questão da força de trabalho era a chave para o destino do campesinato caribenho. Mas, para ser persuasivo, ter-se-ia que determinar a relação entre o fornecimento de mão de obra e seu custo, com outros fatores de produção e seus custos, em cada caso e período de tempo. Contudo, é muito difícil a determinação de cada uma dessas relações, e mesmo em uma única instância,

por causa da riqueza dos dados requeridos para tornar os cálculos razoáveis. Por isso, o que segue é apenas descritivo e incompleto, embora possa pontuar algumas das características que deveriam ser levadas em consideração, caso se tente uma análise comparativa no futuro.

A etapa de maior interesse aqui é aquela que liga a escravidão ao período imediatamente posterior, mas isso ocorre em diferentes épocas e em diferentes instâncias. Assim, por exemplo, o Haiti conseguiu sua independência em 1804; o sistema de Aprendizagem e a Abolição ocorreram, nas colônias britânicas, em 1834 e 1838; o equivalente espanhol ocorreu em Porto Rico, em 1873 e 1876, e em Cuba, em 1880 e 1886. Cada um desses exemplos é, naturalmente, diferente, em alguns aspectos, de todos os demais, e há diferenças importantes entre as próprias colônias britânicas. Contudo, a discussão abaixo não é uma revisão ordenada de cada caso, mas procura, em cada um, o que pode contribuir para uma visão geral da forma como a escravidão e a ascensão dos campesinatos se entremearam.

Do ponto de vista de uma disponibilidade relativa de terra e força de trabalho, poderíamos, convenientemente, reconhecer o Haiti, independente em 1804, em um pólo, e a população recém-liberta de Barbados, em 1838, em outro. A Revolução do Haiti levou à criação do campesinato mais preponderante do hemisfério, enquanto a Abolição, em Barbados, confirmou, em vez disso, a estabilização de uma população que consistia, em grande medida, em trabalhadores rurais assalariados.²⁶ A fórmula terra/trabalho, colocada dessa maneira, certamente não dá conta dos fatos de forma completa, mas estou apenas sugerindo um caminho no qual os casos possam ser alinhados, porque é heurísticamente útil. Contudo, para entender as forças que ajudavam ou obstruíam a ascensão de campesinatos fora da escravidão, mais casos “intermediários” devem provar, bem como iluminar, esses extremos. Uma vez que assumo que os senhores de engenho geralmente consideravam sua situação econômica como um jogo de soma-zero – qualquer alternativa econômica disponível para qualquer trabalhador potencial representou uma redução líquida na disponibilidade de fornecimento de mão de obra e/ou garantiu um aumento líquido no custo unitário do trabalho –, então o que aconteceu com aqueles que aspiravam a serem camponeses e falharam deve nos dizer tanto quanto a história daqueles que foram exitosos.

A partir da perspectiva dos senhores de engenho, o objetivo era manter (ou recriar) um fornecimento de mão de obra ao mesmo tempo disciplinada e barata. (Deve ter parecido plausível que, se fosse suficientemente barata, o que a tornava barata a faria também disciplinada; pensamento que nem sempre se revelou verdadeiro, para a surpresa de alguns). Após o exame dos casos de Haiti, Barbados, Jamaica, Guiana Britânica, Porto Rico e Cuba, talvez seja possível sintetizar as variedades de métodos empregados para alcançar os objetivos dos senhores de engenho e avaliar seus sucessos e falhas.

Haiti

Saint-Domingue – Haiti – foi, durante um longo período, a colônia mais lucrativa da França e, muito possivelmente, a colônia mais rentável no mundo, durante vários decênios do século XVIII. Ela tinha sido cedida à França em 1697, mas a colonização francesa precedeu a cessão formal em quase meio século. A ascensão do sistema de plantação foi rápida e espetacular, como o foi a importação de escravos africanos. Em Saint-Domingue, como em tantas economias de plantação do Caribe, os escravos produziam a maior parte de seu próprio alimento e abasteciam a população livre através de um sistema de mercados públicos; Moreau de St. Méry nos conta que mais de 15.000 escravos se reuniam todos os finais de semana no famoso mercado de Clugny, em Cap Français, a capital, para escoar sua produção e adquirir bens mediante troca.²⁷ Lepkowski, em sua história do Haiti, chama a atenção para a jardinagem e as atividades mercantis dos escravos em Saint-Domingue, qualificando seu desenvolvimento como “a brecha camponesa no modo de produção escravista”.²⁸

Embora eu não conheça nenhuma síntese de informações sobre a Saint-Domingue colonial comparável ao que Orlando Patterson e Edward Brathwaite²⁹ nos legaram para a Jamaica, parecem ter existido similaridades importantes entre essas sociedades, ao menos com relação ao que nos preocupa aqui. Mas, em vez da Abolição, o que derrubou a Saint-Domingue colonial foi uma revolução – e, com ela, findou o regime colonial.

A República do Haiti passou a existir, oficialmente, em 1º de janeiro de 1804, após, aproximadamente, quinze anos de conflito. A própria revolução é, geralmente, interpretada como tendo criado uma ruptura violenta e total com a pré-revolucionária

colônia francesa de Saint-Domingue; e esta interpretação é, de uma perspectiva externa, convincente. Todavia, existiam continuidades importantes, como o apontaram vários autores, entre eles, e em particular, Gerald Murray. Referindo-se criticamente ao que ele chama de “modelo do caos” da Revolução do Haiti, Gerald Murray nos mostra, de forma convincente, que a asserção comum de que “meio milhão de escravos” participou, como rebeldes armados, da Revolução é um tremendo exagero; que, na realidade, durante a Revolução, uma parte substancial da população continuou a trabalhar nas mesmas propriedades onde havia vivido como escrava; que esses haitianos também continuaram a cultivar os sítios que os tinham ajudado a se sustentar como proto-camponeses, antes da revolução (e, presumivelmente, a vender seus excedentes nos mercados regionais e locais); e que o fim da Revolução trouxe um rápido crescimento do campesinato, especialmente sob a égide dos esquemas de distribuição de terras de Pétion, de 1809 em diante.³⁰ Na visão de Murray, a política de Pétion não foi tanto uma extensão dos princípios revolucionários de igualdade quanto o reconhecimento de um fato consumado; nas palavras de Murray, “a política de Pétion colocou essa proliferação espontânea de pequenos agricultores ao alcance da lei”.³¹ De fato, que o período revolucionário não foi tão completamente caótico quanto a maior parte das autoridades argumentaram é sugerido por muitas evidências. Paul Moral cita um “vagabundo” do norte que resistiu, durante a Revolução, às tentativas zelosas de Toussaint de reestabelecer a “agricultura” (a qual, argumentava Murray, significava agricultura de *plantação*), como se segue:

Por aqui... estamos por demais chateados, não nos pagam bem aquilo que nos cabe dos bens que produzimos; somos forçados a dar de graça nossas galinhas e nossos porcos quando vamos à cidade...³²

Como Murray evidencia, dessas poucas palavras aprendemos que muitos haitianos cultivavam lavouras e criavam animais por conta própria durante os anos da revolução, inclusive no norte, especialmente turbulento; que estes produtos eram vendidos nas cidades e, aparentemente, eram comprados e consumidos, mas também tomados à força por alguns revolucionários; e que Toussaint estava em conflito ativo com os negros livres (embora não libertos) sobre seus direitos de produzir alimento, não apenas para a subsistência, em pequenas propriedades, em vez de aceitar sua “política agrícola”. A questão não foi, nem durante a Revolução nem depois, de mandar os ex-escravos de

volta à *terra*, como o “modelo do caos” propunha. Na verdade, tratava-se, antes, de mandá-los de volta às *plantações*. Particularmente interessante é o fato de que os haitianos continuaram, durante a Revolução, a trabalhar e viver nas mesmas plantações onde haviam residido como escravos. Gabriel Debien relata, para a plantação Föache, por exemplo, que:

Em meio a um dos períodos mais agitados na história de Saint-Domingue... (os escravos) formam um atelier compacto, que as insurreições, as influências da Revolução, durante esses anos, pouco afetou. Até 1798, a ordem interior persiste. O administrador pode permanecer no lugar sem sérias preocupações. O trabalho sobrevive, em resumo, suficientemente regular.³³

Assim, parece que os padrões proto-camponeses estabelecidos antes da Revolução, tanto o cultivo quanto a venda no mercado, continuaram a florescer durante a própria Revolução, e a se expandir depois disso. Tentei, em outro trabalho, tocar no restabelecimento do controle pelo Estado e pela burguesia, no Haiti, sobre o campesinato, após a Revolução;³⁴ mas o caso haitiano é o exemplo mais claro de um país camponês no Novo Mundo, e um caso de fracasso quase total dos senhores de engenho – o jogo de soma-zero tinha sido jogado em escala nacional, e os senhores de engenho perderam.

Barbados

Eu já apontei que Barbados se localiza no outro extremo do *continuum* da relação terra/trabalho. Sua história colonial é de interesse considerável, tendo em vista que foi a primeira ilha a ser efetivamente ocupada pelos inimigos da Espanha, tendo começado sua carreira colonial como um assentamento de pequenos produtores e tendo sido transformada, com rapidez considerável, em uma colônia de plantação. É tentador olhar para Barbados, durante uma parte substancial da sua história, do povoamento inicial até depois da Abolição, de modo a contrapor a história dos pequenos agricultores à das plantações e sua força de trabalho. É de particular interesse toda a questão da privação de direitos dos pequenos proprietários – eu diria camponeses –, na época da plantação.³⁵ Tal fenômeno parece ter ocorrido repetidamente ao longo da história das plantações caribenhas e pode ter seu semelhante na história do sul dos Estados Unidos,

até para a questão dos enclaves dos brancos empobrecidos, num mar de grandes propriedades.³⁶

Embora haja certa dose de incerteza a respeito da população de Barbados no segundo quarto do século XVII – do seu povoamento inicial e do início das plantações de cana em diante –, a rápida ocupação da ilha, depois disso, é razoavelmente bem documentada. Por volta de 1680, os africanos escravizados eram duas vezes mais numerosos do que os brancos e a ilha logo ficou “cheia”, do ponto de vista da agricultura. Cento e sessenta e seis milhas quadradas – ou 106.000 acres –, a maior parte adequada à cultura da cana de açúcar, certamente não requerem uma vasta população para parecerem muito povoadas. Sheridan cita Daniel Defoe, o qual escreveu sobre o “Jardim do Caribe”, onde sequer uma polegada de terra é perdida “que possa produzir uma onça de qualquer coisa mais do que o faz”.³⁷ Em 1679, Richard Dunn nos diz que “a terra em Barbados estava completamente tomada”.³⁸ Tendo em vista que a produção do açúcar só começou ali nos anos de 1640, o sucesso da plantação foi tão completo quanto rápido. É verdade, como nos lembra Dunn, que o suposto despovoamento dos brancos, em Barbados, naquela época, foi um tanto exagerado. Mas suas conclusões a esse respeito não diferem, significativamente, daquelas dos autores anteriores:

Todo ano [ele escreve sobre os anos de 1670 e 1680], uma boa quantidade de trabalhadores sob contrato, que havia finalizado seu tempo de serviço, engrossava as fileiras dos homens livres de Barbados. Alguns desses ex-trabalhadores sob contrato continuaram trabalhando para seus antigos patrões, vivendo como arrendatários nas grandes plantações. Outros se tornaram trabalhadores assalariados em Bridgetown. Mas os mais empreendedores viram melhores oportunidades alhures e deixaram Barbados o mais rápido que puderam.³⁹

A Abolição, após a Aprendizagem (1834 e 1838), teve pouco efeito transformador na apropriação da terra ou no seu padrão de uso em Barbados. De fato, no seu artigo sobre o campesinato pós-1838, nas Índias Ocidentais (britânicas), Woodville Marshall escreve:

Oportunidades para a aquisição da terra não existiram na mesma extensão em todos os territórios. Em Barbados, São Cristóvão e Antigua – três das mais antigas colônias –, o tamanho reduzido, a vasta população e uma indústria açucareira há muito estabelecida

deixaram poucas, ou nenhuma, oportunidades para a aquisição da terra. Consequentemente, era difícil, para um campesinato, emergir nessas ilhas: os ex-escravos que quisessem “melhorar de vida” por conta própria, fora das grandes propriedades, deveriam pensar em emigração.⁴⁰

Colthurst, o magistrado especial remunerado para Barbados e São Vicente, nos anos da Aprendizagem, embora firme abolicionista, havia apreciado a pressão populacional:

Eu sou decididamente hostil a, repentinamente, e sem a devida consideração, aumentar, de qualquer quantia considerável, o salário em espécie para os negros em situação de liberdade. Isto, acredito, seria um grande mal para eles próprios e os elevaria a uma posição que não seria segura e, mais provável, aborreceria e irritaria os senhores de engenho que, se a taxa de salários em dinheiro crescesse para além de uma escala razoável, seriam induzidos a se livrar dos seus antigos dependentes e ir para o mercado de mão de obra nova. Que haveria (no curso de um período razoável) competição no mercado de trabalho, não há dúvida, tanto para os trabalhadores locais quanto para os outros. Esta ilha [São Vicente] apresenta um estímulo cativante aos colonos, de Barbados, por exemplo, onde um terço da população trabalhadora pode ser posta na reserva e, se o arado fosse energeticamente introduzido, metade dela.⁴¹

Deve ser notado, entretanto, que os senhores de engenho de Barbados incluíam, costumeiramente, na remuneração dos trabalhadores assalariados libertos, um pequeno sítio. A densidade populacional em Barbados neutralizava a necessidade de imigração – ao contrário de Trinidad e da Guiana Britânica e, certamente, ao contrário da Jamaica também –, mas a inclusão de um sítio e de uma cabana deu aos trabalhadores das plantações barbadenses uma margem de manobra pós-abolição um tanto curiosa em seus próprios salários, enquanto o acordo de “trabalho fixo” incumbia os empregadores com algumas obrigações também. Quando chegou a Abolição, Barbados tinha quase o mesmo número de escravos que a Guiana Britânica e mais de três vezes a quantidade de Trinidad; a combinação de salário (apesar de insignificante) e sítio assegurou aos senhores de engenho de Barbados um fornecimento de força de trabalho a um preço aceitável, ao contrário dos números opostos na maioria das Índias Ocidentais Britânicas. Até hoje, o cultivo em sítios, em Barbados, é comum, mas eu acredito que seria ilusório chamar esses agricultores de “campesinato”. O caráter peculiar do trabalho assalariado de Barbados tomou forma no período que se seguiu, imediatamente, à Abolição, e a falta de acesso à terra, relativamente à densidade da população, era um determinante básico da adaptação que tipifica a estrutura socioeconômica rural de Barbados ainda hoje.

Jamaica

A Jamaica, que substituiu Barbados, no início do século XVIII, como a mais lucrativa colônia britânica nas Índias Ocidentais, tem sua utilidade especial própria para o argumento, porque mostra, talvez melhor do que qualquer outra colônia similar, a grande variedade de estratégias imaginativas empregadas pelos senhores de engenho caribenhos para assegurar um excedente de força de trabalho.

O cultivo nos sítios dos escravos e a instituição da venda no mercado de gêneros produzidos por escravos na Jamaica pré-abolição, como em Saint-Domingue, é, hoje, um conhecido exemplo das modificações que podiam ser desenvolvidas, mesmo no interior de sistemas escravistas muito rígidos e repressivos.⁴² A importância econômica e social desses desenvolvimentos, na Jamaica, bem longe dos caminhos em que foi prefigurada a ascensão do campesinato pós-abolição, era reconhecida até mesmo pelos observadores pró-escravidão (ou, supostamente, imparciais).⁴³ Edward Long avaliava que os escravos possuíam cerca de um quinto do dinheiro circulante na Jamaica, em 1774; ele também descreveu os informalmente reconhecidos direitos dos escravos de poupar e de fazer disposições testamentárias de suas poupanças.⁴⁴ Embora indubitavelmente calculado, em parte, para convencer os leitores do status elevado dos escravos jamaicanos, parece, todavia, ser verdade que os sítios e os arranjos do mercado interno eram, de fato, bastante benéficos para os escravos, e não apenas financeiramente e nutritivamente.

Em um importante artigo que se apoia, em parte, na análise pioneira da professora Gisela Eisner,⁴⁵ A. J. G. Knox aponta para o cálculo da contribuição econômica dos escravos fora das plantações de cana:

Em 1832, o produto interno bruto esteve acima de cinco milhões de libras esterlinas, dos quais as exportações produzidas quase completamente pelo setor da plantação contribuíram com pouco menos da metade do total, ou algo como 2,2 milhões de libras. A contribuição material dos escravos para o bolo econômico, entretanto, estava valorada em torno de 1,5 milhão de libras, do qual 847.100 libras estavam na forma de lavoura branca, produzida nos latifúndios, para ajudar a alimentar a população da ilha. A produção total de

alimentos para o consumo local era avaliada em 900.000 libras, que, adicionadas às exportações, produziam um rendimento agrícola total da agricultura de 2,9 milhões de libras. Destas, 71 por cento provinham das exportações das plantações, com a maior parte do remanescente (27 por cento) advindo da agricultura nos sítios dos escravos.⁴⁶

A Abolição foi seguida pelo rápido crescimento dos vilarejos fundados pela Igreja, com frequência em terras adquiridas sob a forma de inteiros latifúndios “falidos”.⁴⁷ A atitude vingativa dos senhores de engenho acelerou o movimento dos libertos para fora das grandes propriedades, enquanto a disponibilidade da terra lhes fornecia ao menos algumas alternativas econômicas ao trabalho nesses latifúndios. A mudança econômica é claramente refletida nos dados sobre a exportação, em 1852:

... o produto interno bruto caiu para 3,7 milhões de libras e o valor total das exportações também baixou para 871.600 libras, ou menos da metade das cifras de 1832... Embora o valor da agricultura nos sítios, em 1850, fosse só um pouco maior do que [em] 1832, sua parcela do total da produção da agricultura havia crescido de 27 para 43 por cento.⁴⁸

No mais, as mudanças na economia não foram acompanhadas por alteração alguma na respectiva posição política dos grandes e pequenos produtores rurais; e o registro das ações inspiradas pelos senhores de engenho para reduzir ou limitar a esfera da margem de manobra dos camponeses é muito rico. Embora Gisela Eisner e Douglas Hall não imputem intenções maliciosas às iniciativas dos senhores de engenho com o intuito de mudar a estrutura fiscal,⁴⁹ A. J. G Knox argumenta, de forma persuasiva, que o sistema tributário era continuamente revisado para onerar mais pesadamente os agricultores libertos e menos os senhores de engenho, no que tange tanto às taxas de importação quanto de exportação.⁵⁰ As primeiras leis de expulsão, emanadas para punir os libertos por se mudarem das grandes propriedades, foram, mais tarde, seguidas por leis contra a “vadiagem”, para controlar a força de trabalho; por meio de autorização sigilosa do Legislativo para utilizar recibos da alfândega para facilitar a implementação de trabalho sob contrato nas grandes propriedades,⁵¹ em desobediência aos decretos explícitos do governo imperial; pelas doações para a Igreja Anglicana, que, de modo algum, defendia os direitos dos libertos de trabalhar e viver onde eles escolhessem; e pelo apoio fiscal a um sistema educacional, tanto religioso quanto civil, focado, sobretudo, no ensino, aos libertos, da disciplina e da humildade, e no seu ajuste ao trabalho na plantação. O

registro é completo e, eu diria, bastante explícito: a intenção dos senhores de engenho era de reduzir ou, se possível, destruir qualquer alternativa econômica ao trabalho nas plantações, por quaisquer meios que a Metrópole permitisse (e até alguns que ela não permitiria). Poder-se-ia supor que o que surpreende mesmo é a habilidade do campesinato jamaicano de ter, de todo, sobrevivido; mas as lições que os senhores haviam imposto aos escravos antes da abolição voltaram para assombrar os mestres depois disso. Somente em Morant Bay, em 1865, os senhores de engenho conseguiram uma revanche completa – entregando a Jamaica ao *Colonial Office*, depois da repressão de Eyre, em vez de permitir que uma democracia camponesa fosse introduzida na ilha.

Em seu livro, *Free Jamaica* (o qual nunca recebeu, a meu ver, o devido reconhecimento), Douglas Hall nos fornece o mais completo relato condensado da ascensão do campesinato jamaicano. Ele divide a população rural pós-abolição em três setores, que ele classifica como: (1) pequenos agricultores (“... aqueles que possuíam e cultivavam propriedades, mas não tinham que trabalhar nos latifúndios... [e que eram]..., frequentemente, os empregadores da força de trabalho”); (2) camponeses (“... aqueles que, embora possuísem pequenas propriedades, dependiam, em alguma medida, do dinheiro proveniente de eventual trabalho realizado nos latifúndios”); e (3) trabalhadores (“... aqueles que continuavam a trabalhar nas grandes propriedades, enquanto alugavam cabanas e sítios dos latifundiários”).⁵² Em uma observação particularmente astuta do Governador Sir Charles Metcalfe, citado por Hall, dois desses grupos, classificados de forma diferente, são destacados

as duas profissões, de jornaleiro e de hortaliçeiro para o mercado, parecem um tanto inconsistentes; e, enquanto permanecerem unidas, como o são, agora, na maior parte da ilha, um trabalho contínuo não pode ser esperado, e toda a força de trabalho fica nas mãos do camponês, que pode ofertá-la ou retê-la. Não há, sobre ele, um grau de necessidade urgente, como existe sobre a mesma classe em outros países. Ou, mais precisamente, mal existe tal classe nessa ilha, sob a forma exclusiva de trabalhadores rurais. O trabalhador, aqui, só oferece sua força de trabalho durante o período que sobra em relação à cultura em sua própria terra; e se o desejo dos negros fosse limitado ao que os trabalhadores em outros países são forçados a se contentar; se eles não gostassem de luxos, e roupas elegantes, e bons móveis, e montar cavalos, ou não tivessem os melhores motivos para educar suas crianças ou apoiar sua Igreja, eles, dificilmente, teriam algum estímulo para o trabalho.⁵³

Metcalfe nos revela parte do por que de os libertos aspirarem a possuir sua própria terra; por que eles a trabalhavam, e o faziam bem além da mera necessidade; e até mesmo a

extensão de sua aceitação das virtudes e atitudes endereçadas a eles pela sociedade que os havia escravizado e, depois, tornado prosélitos. Ele não nos diz, é bem verdade, por que os libertos preferiram trabalhar suas próprias terras em vez de aceitar uma maior ou exclusiva dependência para trabalhar nas grandes propriedades; mas será que isso é, realmente, um mistério?⁵⁴

Guiana Britânica

A Guiana Britânica, de forma bastante semelhante à Jamaica, é um caso valioso, pelas soluções um tanto diferentes evocadas para os seus “problemas” de mão de obra. Essas soluções eram dependentes, por sua vez, tanto do que a economia guianense da época exigia e tornava possível, quanto do que permitiam as rédeas do *Colonial Office*. Embora alguns trabalhadores sob contrato fossem, como é sabido, importados da Jamaica, a Guiana Britânica resta, juntamente com Trinidad, como um dos principais exemplos do que pode ser chamado de “solução de saturação”. Mas já argumentamos que, do ponto de vista dos senhores de engenho, o acesso a alternativas econômicas em relação à força de trabalho nas plantações era tão perigoso quanto uma relativa escassez dessa mão de obra. Portanto, a imigração planejada era acompanhada de conselhos para imobilizar economicamente os libertos; essas duas um tanto diferentes espécies de invenções, merecem uma breve descrição.

Em um artigo anterior, Rawle Farley documentou o desenvolvimento dos vilarejos de pequenos produtores na Guiana Britânica, entre a Abolição e os anos de 1850.⁵⁵ Como a Jamaica, Barbados e outras colônias, a Guiana tinha a tradição da agricultura de sítios, realizada por escravos, e da venda nos mercados pelos mesmos. Embora seu povoamento muito esparsa tenha impedido o crescimento de um sistema de mercado interno florescente, comparado com o da Jamaica ou o de Saint-Domingue, os escravos, de fato, plantavam uma parte substancial de seu próprio alimento, e eram capazes de vender o excedente. (Foi especialmente significativa a prática de cultivo do arroz, em terras não utilizadas, próximas das plantações, e a venda da colheita.) Quando a liberdade veio, o movimento para fora das grandes plantações foi rápido e poderoso. Farley escreve:

A despeito da nova liberdade, a propriedade de terras por parte dos camponeses e o desenvolvimento de vilarejos só foram possíveis por conta da existência de uma condição básica, que era a abundância de terras muito além do que poderia ser trabalhado pela população existente. Essa disparidade levou ao crescimento de assentamentos quilombolas durante a escravidão. Com a liberdade, isso foi um dos pré-requisitos básicos para a construção de um campesinato florescente em todo o país. Não apenas tornou o cultivo das terras possível para os camponeses, como tornou-lhes possível a propriedade dessas terras.⁵⁶

A disponibilidade de terra desempenhou, sem dúvida, um papel crítico na ascensão do campesinato guianense; mas era, provavelmente, um papel bastante complicado. Por exemplo, Farley mostra que lenhadores e carvoeiros se estabeleceram como posseiros em terras devolutas da Coroa, em regiões da colônia a montante do rio. Tais pessoas eram de difícil controle ou eliminação; e a disponibilidade de terra para a instalação de posseiros influenciou, sem dúvida, a disposição dos proprietários de terras – e, de fato, da própria Coroa, de vender terras ocupadas aos libertos. O governador Light fixou o mínimo para a venda de terras da Coroa, em 1838 (o ano da Abolição), “ao preço estipulado de uma libra esterlina”, e acrescentou: “teria sido inútil oferecer terras da Coroa à venda a um preço mínimo mais elevado, quando terras incultas podem ser obtidas, em termos mais vantajosos, *de indivíduos particulares em áreas cultivadas da província, a partir de um acre*”.⁵⁷ Dentro da classe dos senhores de engenho, então, havia aqueles que estavam dispostos a vender latifúndios falidos, abandonados ou em declínio a homens recentemente libertos, tornando, dessa forma, mais intensa a carência de força de trabalho que se seguiu à Abolição.

Entre novembro de 1842 e junho de 1854, as populações aldeãs passaram de, em torno de 16.000 pessoas, para 49.000,⁵⁸ embora pressões do governo, respondendo aos chamados dos senhores de engenho, tenham sido utilizadas de diversas formas para conter a inundação. Mas medidas para impedir um crescimento continuado do campesinato não poderiam, entretanto, ser efetivas sem desdobramentos de outro tipo. Após queimar várias largadas e falhar em várias tentativas, os senhores de engenho conseguiram, finalmente, obter apoio parlamentar para a imigra o subsidiada. De 1851 a 1917, a Guiana Britânica recebeu 341.491 imigrantes, dos quais 236.205 eram oriundos da  ndia. Alan Adamson fornece uma descri o completa das condi es rígidas impostas sobre tais imigrantes, uma vez que Barkly – um senhor de engenho que possuía dois latifúndios em Berbice – substituiu Light como governador.⁵⁹ Não era o

suficiente, diziam os senhores de engenho, ter imigrantes; era preciso que eles fossem trabalhadores disciplinados, ou então a competição com colônias de plantação baseadas na escravidão – tais como Cuba – seria impossível. Os decretos de Barkly, para começar, eram por demais óbvios nos seus propósitos, e exageradamente abusivos em relação aos direitos individuais dos imigrantes. Mas o que viria a substituí-los ainda colocava a liberdade de movimento dos trabalhadores sob o controle dos senhores de engenho. Adamson sublinha que o sistema de contrato (*indenture*), finalmente alcançado pelos senhores de engenho, preenchia apenas a afirmação de Heman Merivale de que os trabalhadores livres deviam ser, “em virtude da lei natural, dependentes dos capitalistas, e onde as leis da natureza não funcionavam, tal dissidência devia ser criada artificialmente”.⁶⁰ “Os imigrantes sob contrato”, escreve Adamson:

“forneciam aos senhores de engenho uma força de trabalho nova, mas não destruíam as aldeias de negros, pós-abolição. Enquanto eles sobreviviam num país em que a terra cultivável era abundante, a economia açucareira se sentiu ameaçada. Do ponto de vista dos senhores de engenho, uma população camponesa, vivendo a nível de subsistência ou produzindo para o mercado, representaria, sempre, pelo simples fato de existir, uma atração para ‘sua’ força de trabalho. O ex-escravo viraria sempre as costas para a plantação se ele pudesse viver independentemente desta. Desde o começo, portanto, existia uma contradição inerente entre as economias do camponês e da plantação, sendo a essência desta que ela não poderia tolerar alguma a seu monopólio sobre a terra, a mão de obra e o capital.”⁶¹

Nos anos seguintes à institucionalização de uma imigração controlada de trabalhadores sob contrato, toda uma série de leis, claramente designadas para decapitar o movimento camponês, foram promulgadas. Em 1852, o Decreto nº 1 estipulava que não poderiam ser mais de vinte as pessoas comprando coletivamente a terra. Em 1856, o Decreto nº 33 ordenava que, se mais de 10 pessoas comprassem um latifúndio, a terra teria que ser dividida e cada lote estaria sujeito a taxas mensais obrigatórias (portanto, desencorajava o homem liberto de comprar a terra em amplas parcelas). Em 1861, um decreto aumentava o preço das terras da Coroa de cinco para dez dólares por acre, e elevava o lote mínimo para 100 acres.⁶² A impossibilidade concreta de gerir os latifúndios de forma coletiva, associada à impossibilidade de drená-los, por meio de esforços individuais, significava que os grandes proprietários rurais haviam tido sucesso, com o

tempo, para conter um dos desdobramentos mais promissores do pós-abolição no Caribe britânico. Nos anos de 1860, o movimento dos vilarejos livres estava moribundo.

Agora, se deixarmos por um momento o caso haitiano, restam-nos três exemplos bastante diferentes no interior das Índias Ocidentais Britânicas. Num comentário muito pungente, particularmente apropriado ao Caribe britânico, Donald Waters sublinha que a competição no mercado mundial do açúcar se exacerbou, dramaticamente, após a Revolução Americana e, particularmente, depois que a pressão contra o tráfico de escravos aumentou. “Para fazer frente à competição”, escreve:

tornou-se necessário, para os senhores de engenho, contemplar, quando não introduzir de fato, avanços técnicos no processo de produção. Pressões competitivas parecem ter afetado, sobretudo, as áreas de produtividade declinante e, particularmente, senhores de engenho em situação financeira ruim. Aqueles que emergiram da crise seriam aqueles com uma base de capital suficiente para incorporar melhorias técnicas. O locus primeiro destas melhorias foi, por várias razões, a fábrica. A crise do período marcou, portanto, um deslocamento qualitativo dramático na economia de plantação, base de uma mudança, passando de uma intensificação por mão de obra para uma mudança tecnológica.⁶³

A visão de Waters implica que uma interpretação tratando a classe dos senhores de engenho, quer seja numa só colônia ou em todas elas, como sendo homogênea e unida é enganadora. E, certamente, concordo. Se eu estiver certo ao tornar o abastecimento de mão de obra o problema central, não é porque os senhores de engenho, numa destas colônias, fossem unânimes na sua posição ou porque suas necessidades de mão de obra fossem uniformes. De fato, parece que houve uma crise crescente na indústria do açúcar que disponibilizou terra para o assentamento de libertos – via bancarrota e execução de hipotecas – em colônias como a Jamaica e a Guiana Britânica, para começar. Mas os senhores de engenho entendiam que, no nível de sua participação na classe de proprietários, os assentados libertos apresentavam um perigo, tanto em termos políticos quanto econômicos. Knox aponta para o fato de que os mandatos conquistados por uns poucos jamaicanos de cor bem de vida, entre 1834 e 1838, resultaram numa legislação aumentando em cinco vezes a renda necessária para qualificar eleitores, enquanto elevava as exigências de propriedade para os membros do Legislativo para além do alcance de qualquer um que não fosse uma minoria irrisória da população.⁶⁴

Similarmente, o estudo de Adamson providencia muitos detalhes quanto à resposta *política* dos senhores de engenho, na Guiana Bitânica, e não apenas quanto a sua resposta econômica.

De qualquer modo, é verdade que a história da indústria do açúcar – da economia de plantação como um todo, de fato –, na região do Caribe, foi a de uma mudança na composição orgânica do capital, de uma maior capitalização do processamento e de um declínio gradual da agricultura intensiva em mão de obra. O processo se repetiu numa sociedade após a outra, de forma que as consequências parecem ser cumulativas e unidirecionais. Ao mesmo tempo, em casos individuais, a contenção da mão de obra tem sido mordaz, e mesmo amarga.

Porto Rico

Seria muito útil poder acrescentar o caso de Porto Rico àqueles que foram evocados nas páginas anteriores. Como Cuba, Porto Rico viu sua indústria açucareira incipiente entrar em declínio no fim do século XVI; não seria reativada numa medida apreciável, em Porto Rico, até o início do século XVIII, época em que a população nativa da ilha havia crescido substancialmente. A este respeito, tanto Porto Rico quanto Cuba diferiam notavelmente do resto da região: aumentos na sua população começaram antes da explosão da plantação, e continuaram depois. Portanto, a emergência de campesinatos nestas ilhas era um fenômeno pré-plantação (embora, em ambos os casos, a produção de mercadorias para vender e, particularmente, para exportar, fosse pouco desenvolvida até o século XVIII), ao mesmo tempo em que o foi, também, no pós-abolição. Em ambas as ilhas, os senhores de engenho deviam, conseqüentemente, lidar com sociedades muito diferentes daquelas das Índias Ocidentais britânicas e francesas; em ambas, as soluções que buscaram encontrar para resolver seus problemas de mão de obra eram também diferentes.

Os senhores de engenho de Porto Rico procuraram a ajuda das Cortes para garantir um fornecimento adequado de força de trabalho, em uma época em que o comércio de escravos havia terminado para a Grã-Bretanha e os britânicos estavam pressionando a Espanha para abolir o tráfico. Até mesmo enquanto continuava o tráfico ilegal de escravos – Francisco Scarano acredita que escravos recentemente importados estavam alcançando Ponce nos anos de 1840⁶⁵ –, leis regulando o movimento e a força

de trabalho de porto-riquenhos livres, mas sem terras, estavam sendo promulgadas. Tenho argumentado (como vários outros autores) que estes trabalhadores, tecnicamente livres, mas coagidos, tiveram um papel no florescimento da indústria açucareira;⁶⁶ se este argumento está correto, tem também a ver com os destinos mutantes do campesinato porto-riquenho. A pesquisa de Scarano sugere uma aceleração da concentração fundiária em Ponce, paralela ao crescimento da indústria açucareira; seus resultados implicam, para mim, que tal concentração pode ter sido acompanhada pela “libertação” de posseiros que produziam para sua subsistência, e que, daí em diante, tornaram-se trabalhadores migrantes sem terra, sujeitos às novas “leis sobre vadiagem”, para a exploração da força de trabalho. Enquanto conhecemos ainda muito pouco sobre o período em questão, parece pelo menos provável que o crescimento da indústria açucareira em Porto Rico, no século XIX, significou um declínio – ou, talvez, uma estagnação – na situação do campesinato. Mas os dados simplesmente não estão disponíveis, pelo que sei, para tornar este argumento mais convincente agora do que anteriormente.

Quanto ao campesinato após a Abolição, estamos limitados, novamente, pela falta de dados duros em quantidade suficiente. A pesquisa de estudiosos como Angel Quintero Rivera, Andrés Ramos Mattei e Francisco Scarano mudará, sem dúvida, esta situação, num futuro próximo.⁶⁷ Uma vez melhor compreendido, o caso de Porto Rico jogará, indubitavelmente, muita luz sobre um estudo comparativo dos campesinatos caribenhos, já que, apesar dos traços distintos que as ilhas espanholas revelam, as intenções de suas classes de senhores de engenho estão afinadas com aquelas de outras colônias.

Cuba

O caso cubano, como o de Porto Rico, é, ao mesmo tempo, complexo demais e insuficientemente conhecido para facilitar esta comparação. No entanto, Rebecca Scott, que está investigando o desenvolvimento do campesinato a partir do componente escravo da sociedade cubana, oferece-nos um esboço preliminar instigante de seus resultados,⁶⁸ que vou resumir brevemente aqui.

Scott defende que os ex-escravos cubanos responderam, de forma diversa, a seu novo estatuto, “desde um esforço para deixar por inteiro a plantação, até uma persistência num estado de dependência nos velhos latifúndios.” Comparando os censos de 1887 e 1899, evidencia-se que Matanzas, a grande área açucareira, perdeu negros neste intervalo, enquanto Oriente e Santa Clara os ganharam. Um escrutínio das mudanças de população por município confirma isto, em nível local, com a população se mudando das áreas açucareiras para as não açucareiras.

Esta mudança em direção ao leste, escreve Scott, “em conjunção com a composição anterior da população em Oriente, produziu uma província que, em 1899, após a Abolição e antes do novo e amplo desenvolvimento açucareiro na região, tinha um caráter nitidamente camponês.” O censo de 1899 mostra uma alta proporção de proprietários de terra e arrendatários em Oriente; das 28.883 pessoas de cor empregadas na agricultura, na pesca e na mineração, 8.783 eram proprietárias ou arrendatárias de terra – pelo menos não totalmente dependentes de salários. Entre os brancos, o número é, de forma semelhante, de 30%. Scott acredita que a proporção real de pessoas com algum acesso à terra possa ter sido mais elevada, pois 1.279 pessoas são listadas como tendo algum tipo de posse, e os membros da família daqueles que ocupavam terras não foram listados. (Em Matanzas, com 25.892 pessoas de cor na agricultura, pesca e mineração, há apenas 537 proprietários e arrendatários de cor).

As principais culturas, em termos de área ocupada, entre os “pequenos produtores” de cor de Oriente, eram banana, milho e batata doce, sugerindo agricultura de subsistência; mas, no quarto lugar, tinha cacau, e, embora eles só cultivassem 26% da terra de Oriente, plantavam 59% da área da província ocupada com café. 82% dos proprietários e arrendatários possuíam menos de um quarto de *caballería*; neste sentido, pelo menos, “pequeno produtor” é, certamente, um termo adequado.

Separando os proprietários dos arrendatários, Scott descobre modos diferentes de agricultura, concentrando-se os proprietários em culturas comerciais. Isto pode refletir, em parte, uma distinção entre assentamentos pré-abolição e pós-abolição, mas não há evidência para confirmar esta hipótese.

Scott sugere que, já “que a migração para Oriente, para se tornar parte de um mundo racialmente misturado, amplamente camponês, era uma escolha extrema”, muitos libertos podem ter optado por uma alternativa menos radical:

Para aqueles que não queriam ou não podiam migrar, havia escolhas intermediárias, que envolviam se distanciar do antigo regime escravista, enquanto permaneciam, até certo ponto, dentro do âmbito da plantação. Uma solução elaborada por alguns casais era, para a mulher, empregar-se como doméstica na cidade, enquanto o marido tentava encontrar trabalho em uma plantação próxima. Isto pode ter permitido à família manter uma distância emocional da plantação, enquanto o marido permanecia no trabalho que melhor conhecia. O resultado era uma situação competitiva entre plantações, na qual aquelas situadas mais perto das cidades podiam oferecer salários inferiores, pois os homens preferiam trabalhar perto de suas esposas.

Outras alternativas, sugere Scott, consistiam em trabalhar como meeiro, produtor de alimentos, em terras de plantação; trabalhar por salário na plantação, mas viver o mais distante possível, de preferência num lote devoluto; ou ficar na plantação, perto do galpão – a solução mais contínua (e talvez a mais humilhante) de todas.⁶⁹

Como estas sociedades de plantação – que se adaptavam ao mudar para a produção de gêneros de base, através da meação, ou que ofereciam aos antigos escravos trabalho assalariado para emprego qualificado nas plantações –, Cuba se enquadra como um caso intermediário no elenco das adaptações pós-abolição. Apenas em algumas poucas áreas (Oriente, talvez partes de Pinar del Rio), de fato, emerge um campesinato reconstituído. Enquanto o objetivo dos senhores de engenho de tornar seus ex-escravos proletários não foi completamente conseguido, nos anos pós-abolição, nas províncias-chaves, eles chegaram perto: “... em Matanzas, aqueles que não possuíam ou alugavam terra eram por volta de 92% dos agricultores; entre os de cor, este número sobe para 98%”.

Scott desconfia que, na virada do século, três padrões bastante diferentes eram visíveis, cada um mais evidente numa dada região: 1) Matanzas, o locus dos proletários de plantação, tanto pretos quanto brancos; 2) Santa Clara, “onde *colonos* brancos e arrendatários de cor plantavam cana de açúcar para os engenhos centrais e batatas doces e bananas para si, enquanto outros trabalhavam por salário; e 3) Oriente, o refúgio, onde a maior parte da terra era possuída em pequenos lotes, cultivados por descendentes de brancos que permaneceram fora do mundo da plantação, pretos que haviam ganho sua liberdade antes da Guerra de Dez Anos, e aqueles escravos libertos que escolheram a subsistência em vez de salário e uma vida no galpão.”

Não trato aqui dos casos que se referem ao movimento de mão de obra entre as ilhas, e, naturalmente, tais movimentos desempenham um papel importante para a sobrevivência da indústria do açúcar – como quando quase um quarto de milhão de haitianos e jamaicanos migrou para Cuba, no começo do século XX. No entanto, poderia ser defendido, com igual força, que tal movimento também contribuiu para a sobrevivência de padrões camponeses, não apenas por conta das remessas que os migrantes caracteristicamente mandavam para suas famílias, mas também porque alguma redução da pressão sobre a terra dos pequenos produtores *talvez* tenha ajudado a manter viável a adaptação camponesa.⁷⁰

Nem tentei acrescentar algo ao relato muito promissor de Scott ao me referir ao papel especial, no caso de Cuba, de um número avaliado em 150.000 trabalhadores chineses sob contrato, que ajudaram a “facilitar a transição” para a liberdade. Não se sabe, ainda, que possível efeito sua presença pode ter tido nos padrões prévios de uso do solo, ou sobre o movimento rumo à terra, após a Abolição. Conseqüentemente, os casos hispânicos não são fáceis de serem comparados com os que os antecedem. Tais comparações terão que esperar mais informação e outra oportunidade.

Para resumir, defendi, neste artigo, que o desenvolvimento de um proto-campesinato caribenho, no período da escravidão, foi um desdobramento inerentemente contraditório, mas foi, também, um desdobramento que ocorreu para satisfazer os objetivos a curto prazo dos escravos e dos senhores. Sugeri, em outro trabalho, que acredito que é da natureza de uma contradição social que emerge da exploração, que a sua solução temporária sirva aos interesses de ambas as partes, opressor e oprimido. Tais arranjos, desconfio, nunca são estáveis, e seu caráter muda, na medida em que mudam os interesses investidos pelas partes em conflito. Mas sua própria existência atesta para a maleabilidade, em qualquer sistema social, e sua persistência – embora possa ser ligada à destruição eventual do próprio sistema – comprova o poder premente das formas culturais sobre a consciência daqueles que as encarnam, opressor e oprimido, indistintamente.⁷¹

Já que uma adaptação proto-camponesa servia aos interesses dos dois lados, ambos a adotaram rapidamente; mas suas implicações para esses grupos e seu significado a longo prazo ilumina o seu próprio caráter contraditório. Parece provável que o complexo sítio-mercado, que aparece reiteradamente, reduziu a fome dos

escravos; aumentou sua autonomia, *enquanto ainda escravos*; permitiu-lhes acumular (e legar) riqueza; garantiu-lhes a possibilidade de associar patrimônio e genealogia; talvez tenha encorajado a estabilidade de grupos de parentesco; alimentou a iniciativa individual e, de outro modo, beneficiou os escravos economicamente e socialmente –, mas tudo isso *dentro da escravidão*. Da perspectiva, a curto prazo, dos senhores, qualquer coisa que mantivesse os escravos contentes e animados, sem reduzir o fornecimento real disponível de mão de obra ou elevar o custo da força de trabalho, era bom.

De uma perspectiva a longo prazo, naturalmente, a imagem é diferente. O complexo sítio-mercado *pode* ter diminuído o ardor para a rebelião, nutrido a aceitação do estatuto de escravos e a resignação e, até mesmo, criado divisões dentro do grupo de escravos. E, naturalmente, da perspectiva a longo prazo dos senhores, essas adaptações proto-camponesas dariam, finalmente, aos libertos, as competências que os ajudariam, ao menos em parte, ou temporariamente, a escapar de sua dependência das plantações.

A meu ver, em contraposição a essa contradição existe outra, de ordem diferente. Parece que, enquanto a escravidão possa ter sido a melhor solução da sua época para as necessidades de mão de obra da plantação, em situações de carência de força de trabalho e de abundância de terra, foi também a solução que tornou o capital do senhor de engenho particularmente inelástico. A disciplina que a escravidão providencia é custosa de algumas formas. A liberdade mudou o caráter do investimento em mão de obra para os senhores de engenho; mas também tornou a força de trabalho menos confiável, no que diz respeito aos senhores de engenho. Defendi, aqui, que o destino dos proto-campesinatos precisa ser considerado, no contexto das intenções dos senhores de engenho, e, obviamente, do seu poder. Da mesma forma que o complexo sítio-mercado tinha suas vantagens para ambos os grupos, também as tinham a liberdade.

A querela dos senhores de engenho com a liberdade, tanto antes de sua chegada quanto depois, era bastante simples: os homens livres regulam seu próprio tempo, enquanto que os proprietários de plantação devem (acreditavam eles) possuir o tempo dos outros de modo a realizar o trabalho. Portanto, toda essa chicana legislativa e a colusão tinham como simples e único objetivo erodir os direitos dos recém-libertos para reduzi-los, de qualquer modo possível, a obedecer à vontade dos senhores de engenho.

Neste programa, parece-me que podemos constatar duas políticas essenciais: 1) restringir o acesso aos recursos produtivos; e 2) intensificar a exploração destes recursos, caso eles já estejam disponíveis. Ambas as “soluções” giram em torno de uma terceira: limitar o acesso aos procedimentos políticos democráticos por meio de qualificações para a participação, que sejam economicamente, ou de outro modo, inacessíveis à maioria dos cidadãos. Repetidamente, decisões legislativas serviam a este objetivo – embora, como o vimos, os homens livres lutassem para ultrapassá-las.

Além dessa asserção, não tenho conclusões a oferecer. O que me parece nítido é que nosso conhecimento detalhado dos campesinatos caribenhos que emergiram da escravidão é, ainda, limitado. Precisamos de formulações mais elegantes; tanto quanto de numerosos fatos simples.

¹ Artigo original: “Slavery and the Rise of Peasantries”. In *Historical Reflections; Réflexions historiques*, 6:1. summer/été 1979, p. 213-242. Tradução Christine Rufino Dabat, José Marcelo Marques Ferreira Filho e Raíssa Orestes Carneiro.

Este artigo foi publicado em 1979 como um texto para discussão. Estou realmente agradecido à equipe de jovens estudiosos brasileiros que o traduziu. Ao revisá-lo, fiquei mais consciente das suas deficiências, mas não encontrei nenhum erro factual. Embora haja algumas pequenas mudanças, não tentei, realmente, modificá-lo. Fazê-lo corretamente levaria um tempo considerável.

² Eu estou profundamente em dívida com Jacqueline Mintz, pelas leituras críticas, e com Rebecca Scott e Donald Waters, pela valiosa ajuda nas diversas etapas de preparação deste artigo. Críticas úteis também foram feitas pelo saudoso Richard Frucht e por Mary Karasch, Woodville Marshall e William Roseberry.

³ Uso o termo “systadial”, que significa “mesmo estágio”. Isto não quer dizer “ao mesmo tempo”, nem “no mesmo lugar”. Significa, apenas, “no mesmo estágio” e “estágio”, aqui, representa algum nível de desenvolvimento, quer seja tecnológico, político ou de outro modo. Eu utilizo a palavra com o objetivo de descrever uma conjuntura peculiar de traços que parece ter acontecido pelo menos duas vezes, de forma independente, na história social da humanidade – por exemplo, a invenção da agricultura. Isto poderia ter acontecido em diferentes lugares ao mesmo tempo, ou em diferentes épocas em diferentes lugares. Ou seja, *no mesmo estágio*.

⁴ Dept of Labor. *Report of the Commissioner of Labor on Hawaii*. Washington: U.S.G.P.O., 1903, p. 709.

⁵ Com excessão de LEWIS, Arthur W. *The Evolution of the Peasantry in the British West Indies*. Colonial Office Pamphlet 656. London: H. M. S. O., 1936.

⁶ WOLF, Eric R. “San José: subcultures of a ‘traditional’ coffee municipality”. In: STEWARD, Julian et al. *The People of Puerto Rico*. Urbana: University of Illinois Press, 1956, pp. 202-203.

⁷ WOLF, Eric R. *Peasants*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1966 (tradução portuguesa: *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970); “Comment” on G. Dalton “Peasantries in Anthropology and History”. In: *Current Anthropology* 13. N^{os} 3-4, 1972, pp. 410-411.

⁸ MINTZ, Sidney W. “The Question of Caribbean Peasantries: A Comment”. In: *Caribbean Studies* 1. N^o 3, 1961, pp. 31-34.

⁹ MINTZ, Sidney W. *Caribbean Transformations*. Chicago: Aldine Press, 1974, p. 147.

¹⁰ Idem., pp. 132-133.

¹¹ Woodville Marshall trata, de maneira útil, do Caribe britânico, em um artigo de 1968, mas deixa o campesinato sem definição. Em artigos posteriores, no entanto, contribui fortemente para nossa compreensão da diferenciação camponesa. Ver MARSHALL, Woodville K. “Notes on Peasant development in the West Indies since 1948”. In: *Social and Economic Studies*. 17. N^o 3, 1968, pp. 252-263; “Aspects of the Development of the Peasantry”. In: *Peasant Movements and Agrarian Problems in the West Indies*. Part I. Department of History, U. W. I., Barbados, 1969, (mimeo.), pp. 1-22; *The Peasantry and the Sugar Industry*. Department of History, U. W. I., Barbados, 1979 (mimeo.); “The Ex-slaves as Wage Labourers on the Sugar Estates in the British Windward Islands, 1838-1846”. XI Conference of Caribbean Historians. Curaçao, April 1979. RIVIERE, Emanuel W. “Labour Shortage in

the British West Indies after Emancipation”. In: *Journal of Caribbean History*. 4, 1972, pp. 1-30 é também muito útil, embora não na questão das definições. HANDLER, Jerome, em “The History of Arrowroot and the Origin of Peasantries in the British West Indies”. In: *Journal of Caribbean History*. 2, 1971, pp. 86-93, escreve: “as características que uma população deveria ter, antes que possa ser definida como um campesinato, é um assunto sobre o qual não há concordância decisiva... Mas há um consenso razoável de que tecnologias simples, capital limitado, pequenas unidades de terra, produção para o consumo da família e uma economia de mercado são características fundamentais...” O presente artigo não trata de um modo de produção camponês, mas de agricultores com acesso à terra, que produzem parte de sua subsistência, vendem parte de sua produção e se encontram, econômica e politicamente, sob o controle de outros, dentro de um período de tempo específico e numa dada região. No entanto, para o modo de produção camponês, ver, por exemplo, ROSEBERRY, William. “Peasants as Proletarians”. *Critique of Anthropology*. 2. N° 3, 1978, pp. 3-18; ENNEW, Judith et al. “Peasantry as an Economic Category”. In: *Journal of Peasant Studies*. 4. N° 4, 1977, pp. 195-322.

¹² Exemplos abundam. Tratei de um deles num artigo de 1974 – a falta de preparo de J. P. Sartre para apreender quaisquer noções que não sejam europeias quanto ao significado da terra, quando falava a proletários rurais cubanos. Outro exemplo bastante curioso vem do livro de Ken Post, publicado em 1978, a respeito dos motins de trabalhadores na Jamaica, em 1938. No que foi pensado como uma introdução histórica, ele escreve, “Se os agricultores jamaicanos que emergiram após 1834 devem ser considerados como ‘camponeses’, eles o foram certamente de um tipo inabitual”. Para os europeus, talvez. Diz-nos, em seguida, que o modo de produção camponês era ‘não capitalista’, porque: 1) a nova força de trabalho livre estava apenas gradualmente sendo absorvida como mão de obra assalariada; e 2) “o capital não era um dos principais meios de produção para estes novos camponeses”. Naturalmente, o problema todo é, de algum modo, descartado, de forma despreocupada, quando Post escreve: “Muitos – provavelmente a maioria – deles eram agricultores de subsistência, que não produziam commodities para o mercado, ou apenas vendiam uma pequena proporção daquilo que produziam. Ademais, eles eram dificilmente absorvidos dentro da rede mercantil capitalista; em vez disso, eles tinham seu próprio sistema de mercado de mascates”. POST, Ken. *Arise ye Starvelings*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1978, pp. 33-49. Se isto é a escrita da história, quem precisa de bibliotecas? É, provavelmente, um infortúnio que este autor nunca tenha encontrado, entre outras obras, SEWELL, William. *The Ordeal of Free Labour in the West Indies*. London: Sampson Low, 1861; mas pode ser que isto não tivesse feito diferença alguma.

¹³ FRANK, André Gunder. “The development of Underdevelopment”. In: *Monthly Review*, 1966, pp. 17-31 e WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System*. New York: Academic Press, 1974.

¹⁴ CHILDE, V. G. “Archaeology and Anthropology”. In: *Southwestern Journal of Anthropology* 2. N° 3, 1946, pp. 243-251. O uso de Childe é mais limitado, uma vez que ele foi desenvolvido para tratar de conjuntos arqueológicos em particular. Ele escreve, “então, culturas *systadial* (culturas que ocupam a mesma posição relativa numa sequência definida por critério comum de tecnologia) são comparáveis”. No uso presente do autor, a tecnologia, apenas, não seria o suficiente para definir posições relativas numa sequência, porque diferentes fatores de produção podem ser aplicados em intensidades diferentes, para compensar variáveis tecnológicas. Se a composição orgânica do capital em diferentes empresas fosse apresentada de maneira tal a expressar diferenças na forma de exploração do trabalho, isso poderia fornecer um melhor indicador do que se entende, aqui, por “*systadial*”. Embora o termo seja de Childe, a ideia geral que parece expressar, de forma suficientemente interessante, está na comparação de Herman Merivale entre Porto Rico e Jamaica, em uma das palestras que ele proferiu em 1839. A primeira vez que o presente autor tentou desenvolver a noção de *systadiality* na história do Caribe foi em “Labour and Sugar in Puerto Rico and Jamaica, 1800-1850”. In: *Comparative Studies in Society and History*. 1, N° 3, 1959, pp. 273-283.

¹⁵ Sobre este ponto, ver ROSEBERRY, William. “Peasants as Proletarians”. Op. cit.

¹⁶ BEST, L. A. “Outlines of a Model of Pure Plantation Economy”. In: *Social and Economic Studies*. 17. N° 3, 1968, pp. 283-326; BECKFORD, George. *Persistent Poverty. Underdevelopment in Plantation Economies in the Third World*. New York: Oxford University Press, 1972.

¹⁷ MINTZ, Sidney W. Prefácio ao livro *Sugar and Society in the Caribbean*, de Guerra e Sánchez. New Haven: Yale University Press, 1964.

¹⁸ MINTZ, Sidney W. “The so-called World-System: Local Initiative and Local Response”. In: *Dialectical Anthropology*, II, 4 Nov. 1977, pp. 253-270; MINTZ, Sidney W. “Was the Plantation Slave a Proletarian”. In *Review* II, 1, Summer, 1978, p. 81-98. (Tradução em português: “Era o Escravo de Plantação um Proletário?”. In: MINTZ, Sidney W. *O Poder Amargo do Açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. 2ª Edição revista e ampliada. Recife: EdUFPE, 2010, p. 139-168.).

¹⁹ DRESCHER, Seymour. “Capitalism and the Decline of Slavery: the British Case in Comparative Perspective”. In RUBIN, V.; TUDEN, A. (Orgs.). *Comparative Perspectives of Slavery in New World*

Plantation Societies. New York: New York Academy of Sciences, 1977, pp. 132-142; cf. MINTZ, “The so-called World-System”. Op. cit.

²⁰ William Roseberry. “Peasants as Proletarians”. Op. cit., p. 15.

²¹ LUXEMBURG, Rosa. *The Accumulation of Capital*. London: Routledge and Kegan Paul, 1951, p. 402.

²² Dale Tomich tratou, efetivamente, da aplicabilidade do termo ‘pré-capitalista’ em dois trabalhos: *Prelude to Emancipation: Sugar and Slavery in Martinique, 1830-1848*. Ph. D. Dissertation. University of Wisconsin, 1976; *Some Further Reflections on Class and Class Conflict in the World Economy*. Binghamton: Fernad Braudel Center, 1976 (mimeo.). Enquanto qualquer alusão com propósito liberal à evolução biológica seria ridícula, as palavras do eminente paleontólogo, G. G. Simpson, podem ser de maior interesse: “Bactérias e protozoários existem muito antes dos vertebrados. A ascensão dos vertebrados criou, para eles, uma nova possibilidade, que eles exploraram amplamente: viver no intestino e na corrente sanguínea dos vertebrados”. SIMPSON, George Gaylord. *The Meaning of Evolution*. New Haven: Yale University Press, 1949, p. 115.

²³ BRADBY, Barbara. “The Destruction of the Natural Economy”. In: *Economy and Society* 4. Nº 2, 1975, p. 149.

²⁴ Não posso pensar numa descrição melhor de meu argumento, contrapondo o formal e o funcional ao imprevisível e autêntico, do que o fino estudo de Jerome Handler a respeito das pessoas livres de cor em Barbados: *The Unappropriated People: Freeman in the Slave Society of Barbados*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1974.

²⁵ Ver, por exemplo, os ensaios em COHEN, David; GREENE, Jack. (Orgs.) *Neither Slave Nor Free*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1972; ou HANDLER, Jerome. *The Unappropriated People: Freeman in the Slave Society of Barbados*. Op. cit.

²⁶ Eu desconsidere o caso de Barbados no que se segue. A literatura a respeito é muito rica e inclui CUMPER; George E. “Employment in Barbados”. In: *Social and Economic Studies*. 8. Nº 2, 1959, pp. 105-141; FRUCHT; Richard. “A Caribbean Social Type: Neither ‘Peasant’ Nor ‘Proletarian’”. In: *Social and Economic Studies*. 16. Nº 3, 1967, pp. 295-300; Handler. Some Aspects of Work Organization on Sugar Plantation in Barbados. In: *Ethnology* 4, 1965, pp. 16-38; “Small-Scale Sugar Cane in Barbados”. In: *Ethnology*. 5, 1966, pp. 264-283; INNES; Franck C. “The Pre-Sugar Era on European Settlement in Barbados”. In: *Journal of Caribbean History*. 1, 1970, pp. 1-22.

²⁷ MOREAU DE ST. MÉRY, Médéric Elie Louis. *Description topographique de la partie française de l’Isle Saint-Domingue*. 1797; reed. Paris: Larose, 1959.

²⁸ LEPKOWSKI, Tadeusz. *Haiti*. La Habana: Casa de las Américas, 1968; 1969, No 1, pp. 59-60.

²⁹ PATTERSON, Horace Orlando. *The Development of Creole Society in Jamaica – 1770-1820*. Oxford: Clarendon Press, 1971.

³⁰ MURRAY, Gerald F. *The Evolution of Haitian Peasant Land Tenure: Agrarian Adaptation to Population Growth*. 2 vols. Ph. D. dissertation. Columbia University, 1977.

³¹ Ibid., pp. 1-79.

³² MORAL, Paul. *Le paysan haïtien*. Paris: Maisonneuve et Larose, 1961, p. 16.

³³ DEBIEN, Gabriel. *Plantations et esclaves à Saint-Domingue*. Dakar, 1963, p. 170.

³⁴ MINTZ, Sidney W. “Caribbean Marketplace and Caribbean History”. In: *Nova America*. 1. Nº 1; cf. JOAQUIM, Benoît. “La bourgeoisie d’affaires haïtienne au 19ème siècle”. In: *Nouvelle Optique*. 1. Nº 4, 1971, pp. 50-70.

³⁵ Robert Brenner, em “The Origins of Capitalist Development. A Critique of Neo-Smithian Marxism”. In *New Left Review*. 104 (1977): pp. 25-92, fazendo uma longa crítica a André Gunder Frank e a Immanuel Wallerstein, parece pessimista sobre a possibilidade de jamais podermos explicar, de forma alguma, o porque da existência da escravidão no Caribe, e expressa certa dúvida sobre se, em algum momento, houve pequenos produtores que precederam os escravos nas Pequenas Antilhas. Seu pessimismo é bastante conveniente à sua própria posição, uma vez que o caso do Caribe é muito importante para a controvérsia atual a respeito da economia-mundo. Enquanto há, de fato, razão para acreditar que o número de pequenos produtores, em Barbados, foi exagerado (ou a sua diminuição superestimada) em alguns trabalhos mais antigos, o quadro geral é completamente claro, e não tão misterioso. Ver, por exemplo, DUNN, Richard S. *Sugar and Slaves: The Rise of the Planter Class in the English West Indies, 1624-1713*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1972; SHERIDAN, Richard B. *Sugar and Slavery: An Economic History of the British West Indies, 1623-1775*. Barbados: Caribbean Universities Press, 1974.

³⁶ Ver, por exemplo, HANDLER. “The History of Arrowroot and the Origin of Peasantries in the British West Indies”; ou SHEPPARD, Jill. *The ‘Redlegs’ of Barbados*. Maillwood, N. Y.: KTO Press, 1977.

³⁷ SHERIDAN, Richard. *Sugar and Slavery*. Op. cit., p. 128.

³⁸ DUNN, Richard. *Sugar and Slaves*. Op. cit. p. 88.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ MARSHALL, Woodville. “Notes on Peasant Development in the West Indies since 1838”.

⁴¹ MARSHALL, Woodville. (Org.). *The Colthurst Journal*. Millwood, N.Y.: KTO Press, 1977, pp. 164-165.

⁴² Ver, por exemplo, MINTZ, Sidney W. “The Jamaican Internal Marketing Pattern”. In *Social and Economic Studies*. 4, 1995, pp. 95-103; “Was the Plantation Slave a Proletarian”. Op. cit.; MINTZ, Sidney W.; HALL, Douglas G. “Origins of the Jamaican Internal Marketing System”. *Yale University Publications in Anthropology*. 57, 1960.

⁴³ LONG, Edward. *The History of Jamaica*. 3 vols. London: T. London, 1774; EDWARDS, Bryan. *The History, Civil and Comercial, of the British Colonies in the West Indies*. 2 vols. London: John Stockdale, 1793; ver também GOUVEIA, Elsa V. *A Study of the Historiography of the British West Indies to the End of the Nineteenth Century*. Mexico City: Instituto Panamericano de Geografia e Historia, 1956, a respeito destes autores; e MINTZ, Sidney W. “Currency Problems in Eighteenth Century Jamaica and Gresham’s Law”. In: MANNERS, Robert A. (Org.). *Process and Pattern in Culture*. Chicago: Aldine Press, 1961.

⁴⁴ LONG, Edward. *The History of Jamaica*. Op. cit., p. 537.

⁴⁵ EISNER, Gisela. *Jamaica 1830-1930: A Study in Economic Growth*. Manchester: University of Manchester Press, 1961.

⁴⁶ KNOX, A. J. G. “Opportunities and Opposition: The Rise of Jamaica’s Black Peasantry and the Nature of Planter Resistance”. In *Caribbean Review of Sociology and Anthropology* 14, No 4, 1977, p. 386.

⁴⁷ OLIVIER, Sidney Lord. *Jamaica: The Blessed end*. London: Faber and Faber, 1936; PAGER, Hugh. The Free Village System in Jamaica. *Caribbean Quarterly* 1 (n. d.), pp. 7-19. LOPEZ, Amy. Land and labour to 1900. *Jamaican Historical Review* 1, 1948, pp. 289-301; MINTZ, Sidney W. The Historical Sociology of the Jamaican Church Founded Free Village System. *De West-Indische Gids*. 38, 1958, pp. 46-70.

⁴⁸ KNOX, A. J. G. “Opportunities and Opposition: The Rise of Jamaica’s Black Peasantry and the Nature of Planter Resistance”. Op. cit., p. 386-387.

⁴⁹ EISNER, Gisela. “Opportunities and Opposition”; HALL, Douglas G. *Free Jamaica, 1838-65: An Economic History*. New Haven: Yale University Press, 1959.

⁵⁰ KNOX, A. J. G. “Opportunities and Opposition: The Rise of Jamaica’s Black Peasantry and the Nature of Planter Resistance”. Op. cit., pp. 389-391.

⁵¹ Idem., pp. 227-237.

⁵² HALL, Douglas. *Free Jamaica*. Op. cit., pp. 158-159.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ “Um homem trabalhador”, escreveu J. B. Colthurst, em 1838, “sempre prefere um pedaço de terra para si mesmo do que o equivalente em dinheiro. Eu nunca vi isso de outra maneira. Não significa nada de que cor ele possa ser; dá tudo no mesmo, seja branco, preto, pardo ou amarelo, o trabalhador da terra prefere um pedaço de terra para ele próprio acima de qualquer consideração”. Ver MARSHALL, Woodville. Ed. *The Colthurst Journal*. Millwood, N.Y.: KTO Press, 1977, p. 165.

Além dessa citação significativa de Colthurst, Marshall revelou, em sua própria pesquisa, no Arquipélago de Barlavento, que o abismo entre o camponês e o trabalhador assalariado pode não ter sido tão profundo ou intransponível quanto o descreveram algumas autoridades contemporâneas. Da mesma forma, ele argumenta que, em alguns casos, o campesinato não poderia, verdadeiramente, emergir até que a indústria açucareira estivesse em um completo recuo em relação à adaptação intensiva em mão de obra, mais tarde, no século XIX. Tivessem os senhores de engenho dispostos a garantir a vida familiar estável dos trabalhadores em seus vilarejos de plantação, salários não menores do que os que eles recebiam durante a Aprendizagem e o acesso a sítios, acredita Marshall que eles não teriam nenhuma dificuldade em obter toda a mão de obra que eles precisassem, mesmo nos anos que se seguiram à Abolição. Se essas descobertas seriam confirmadas em outros lugares, nas Índias Ocidentais, é uma questão importante para futuras pesquisas. Ver, também, HALL, Douglas. “The Light from the Estates Reconsidered: The British West Indies, 1838-42”. In *Journal of Caribbean History*. 10-11, 1978, pp. 7-24.

⁵⁵ FARLEY, Rawle. “The Rise of the Peasantry in British Guiana”. In *Social and Economic Studies*. 2, 1953, pp. 87-103.

⁵⁶ Ibid., 91.

⁵⁷ Documentos do Colonial Office, 111/64. De Light para Normanby; citado por Farley, p. 96. Ênfases minhas.

⁵⁸ ADAMSON, Alan H. *Sugar without Slaves*. New Haven: Yale University Press, 1973, p. 37.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ MARX, Karl. *Capital* (1867). New York: International Publishers, 1939, I, p. 770.

⁶¹ ADAMSON, Adam. *Sugar without Slaves*. Op. cit., p. 57.

⁶² Id., p. 57-58.

⁶³ Donald Waters a Sidney Mintz, 18 de dezembro de 1978.

⁶⁴ ADAMSON, Adam. *Sugar without Slaves*. Op. cit., p. 388.

⁶⁵ SCARANO, Francisco A. *Sugar and Slavery in Puerto Rico: The Municipality of Ponce. 1815-1849*. PhD Dissertation. Columbia University, 1978.

⁶⁶ MINTZ, Sidney W. “The Role of Forced Labour in Nineteenth-Century Puerto Rico”. In *Caribbean Historical Review*. 2. 1951, p. 134-141.; “The culture history of a Puerto Rican sugar-cane plantation, 1876-1949”. In *Hispanic American Historical Review*. 33. No. 2, 1953, p. 224-251; Francisco Scarano recentemente debateu o que ele chama de o “mito da força de trabalho livre” – que trabalhadores livres, mas coagidos, ajudaram a tornar o açúcar um sucesso na indústria de Porto Rico, foi aceito por vários autores (inclusive este autor), mas Scarano pensa que é espúrio. Em “Slavery and Free Labor in the Puerto Rican Sugar Economy: 1815-1873”. In: RUBIN, Vera; TUDEN, Arthur (Orgs.). *Comparative Perspectives on Slavery in New World Plantation Societies*. Op. cit., p. 553, ele escreve (ênfases minhas): “Apesar de um esforço contínuo dos senhores de engenho e das autoridades coloniais para coagir a população livre a compor a força de trabalho da plantação, muitas fazendas de açúcar ainda possuíam grande número de escravos em atividade, na época da Abolição, em 1873. Isto era particularmente verdadeiro para os latifúndios ao longo da costa sul da ilha, cenário da mais rápida expansão da sacarcultura, nos primeiros decênios do século XIX; aí, *provavelmente a metade da produção de açúcar, até os anos 1860, envolvia trabalho escravo*, que predominava nos latifúndios maiores e mais eficientes.” Se eu compreendo bem, isto significa que, provavelmente, metade da produção de açúcar – a *outra* metade – envolvia mão de obra livre. Portanto, onde está o mito?

⁶⁷ RIVERA, Angel Quintero. “Background to the Emergence of Imperialist Capitalism in Puerto Rico”. *Caribbean Studies*. 13, 1978, p. 31-63; RAMOS MATTEI, Andrés. “Apuntes sobre la transición hacia el sistema de centrales en la industria azucarera: contabilidad de la Hacienda Mercedita, 1861-1900”. In: *Centro de Estudios de la Realidad Puertorriqueña, Cuadernos* 4, 1975; SCARANO, Francisco. “Sugar and Slavery in Puerto Rico”.

⁶⁸ De Rebecca Scott para Sidney Mintz, 30 de janeiro de 1979.

⁶⁹ MONTEJO, Esteban. *Biografía de un Cimarrón*. La Habana: Academia de Ciencias, 1966.

⁷⁰ Rebecca Scott mostrou que não estabeleci a distinção aqui entre a sociedade que envia (*homeland*) e aquela que recebe (*host*), no que diz respeito à sorte dos campesinatos. Como ela deixa claro, a migração para Cuba, na primeira parte do século XX, “alimentava a expansão do açúcar às custas do campesinato existente, como em Oriente, depois de 1899”. É tão mais interessante, naturalmente, porque os migrantes *eram* pessoas do Caribe – jamaicanos e haitianos –, cujas remessas para suas famílias eram, talvez, tão importantes quanto a redução da pressão sobre a terra da família, que sua migração representava. Tratei desta questão rapidamente, em: “Groups, Group Boundaries and the Perception of Race”. In *Comparative Studies in Society and History*. 13. 1971, p. 437-443. William Green forneceu uma discussão equilibrada sobre a imigração pós-escravidão para o Caribe, que, segundo escreve, “se... for julgado apenas em relação a seus efeitos sobre os imigrantes... merece uma aprovação cuidadosa. GREEN, William A. *British Slave Emancipation*. Oxford: Clarendon Press, 1976, p. 293. Não consigo concordar com o argumento de Green, embora admita que, ao contrário dos africanos escravizados, indianos, javaneses, chineses etc., os trabalhadores contratados não vieram acorrentados. Tenho dificuldade de comparar estas pessoas com o destino dos imigrantes nos Estados Unidos, onde o sistema social e econômico sempre foi mais flexível, e o sistema legal (pelo menos como ele afetou as pessoas brancas), mais justo do que nas sociedades caribenhas. Há também questões mais amplas, que comparações deste tipo não podem resolver, penso eu, sem atentar para o sistema mundo dentro do qual todos esses movimentos ocorreram, bem como as relações entre estes movimentos. Dito de forma diferente, isto é, exatamente, o que eu *não* considero uma comparação *systadial*.

⁷¹ MINTZ, Sidney. Caribbean Marketplace and Caribbean History. In: *Nova America*. 1, pp. 333-344. Somente após ter terminado a primeira versão deste artigo encontrei um trabalho brilhante. “Employment in Barbados”, de George Cumper (que devo ter lido antes, mas havia esquecido), no qual uma ideia bastante similar era apresentada – há dois decênios: “... já que a sociedade de Barbados é, ao mesmo tempo, uma sociedade do desequilíbrio, mantida estática pelo exercício do poder por um grupo, foi necessário suprimir diretamente desafios a este poder; sob este título, contam-se não apenas medidas contra revoltas de escravos, mas também, por exemplo, medidas contra a atividade missionária, pois os missionários representavam, ao mesmo tempo, a subversão dos valores da sociedade escravista e um canal político para a intervenção do poder imperial. Mas há também um segundo grupo de medidas objetivando controlar as atividades ‘econômicas’ dentro da sociedade que não eram especificamente hostis ao grupo de senhores de engenho. O mais importante desse comércio interno conduzido por escravos.

“A existência deste comércio (em outras ilhas, como em Barbados) é, parece-me, um bom exemplo de como a atividade econômica surge do desequilíbrio social e, por sua vez, leva à ação política, visando a definição de fronteiras entre o ‘econômico’ e o não econômico de uma nova maneira. Por outro lado, é a presunção formal legal de que o escravo deve todo o seu trabalho a, e recebe todo o seu sustento e sua roupa de seu proprietário; por outro lado, há o conjunto de valores dos escravos, que dita uma disposição diferente para o esforço (por exemplo, quanto à dança) e um padrão diferente de consumo (por exemplo, usando tecido de tipo madras, em vez de osnaburgh). Do conflito, surgem transações pelas quais excedentes em alimentos, digamos, são trocados por tecido ou vendidos por dinheiro; estas transações estabelecem um padrão, com papéis (o comércio de mercadorias particulares, realizado por escravos) e instituições (mercados informais). Para regular estes mercados e para impedir que as mercadorias legais do proprietário dos escravos se extraviem para dentro do mercado dos escravos, leis foram introduzidas, controlando as horas nas quais os mercados podem funcionar e os bens que podem ser vendidos neles. Esta sequência geral parece ocorrer, frequentemente, em sociedades em desequilíbrio, embora a natureza da atividade política que daí surge dependa da estrutura de poder da sociedade.”

Esta exposição bastante concisa, e, ainda assim, imaginativa, combina-se bem com a noção de contradição, parece-me, embora Cumper mencione, em vez disto, “sociedades em desequilíbrio”. Minha própria inclinação seria de esperar que tais “desequilíbrios” tipifiquem todos os sistemas sociais, mas apenas em dados momentos de sua história. Trato estas como “contradições”, porque elas marcam desvios em relação ao *statu quo* suposto (ou proclamado) e permitem, portanto, o surgimento de condições sob as quais novos ajustes, novas soluções, podem se tornar eixos ou pontos de virada para o desenvolvimento de processos diferentes.